



A Situação Demográfica Recente em Portugal

Autoras: *Maria José Carrilho*

Directora-adjunta do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do Instituto Nacional de Estatística.

Lurdes Patrício

Técnica Superior de Estatística no Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística.

Resumo:

A população portuguesa caracteriza-se por um forte envelhecimento e a sua dimensão actual resulta de um crescimento acelerado ocorrido num curto espaço de tempo.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação da população dos países desenvolvidos, devido ao diminutos saldos naturais alcançados, não sendo Portugal excepção.

Analisa-se os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes modificações ocorridas na estrutura etária da população, e que culminaram no envelhecimento e na dimensão que a mesma regista.

Sendo o fenómeno do envelhecimento um processo longo, a análise incide, em geral, sobre um período de cerca de quarenta anos.

Palavras chave:

Fecundidade, envelhecimento, população estrangeira.

Abstract:

The Portuguese population is becoming older and its present size is the result of accelerated increase occurring over a short period of time.

Migrations are currently the main factor affecting changes in developed countries, due to the substantial reduction in natural balances, and Portugal is no exception.

The demographic changes in Portugal

The aim is to study the characteristics of the demographic variables responsible for major changes occurring in the age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Since the ageing phenomenon is a lengthy process, the analysis applies for the most part to a period of roughly forty years.

Key-words: Fertility, ageing, foreign population.



1.1 Evolução histórica da população através dos Censos

Entre o 1º Recenseamento Geral da População, reportado a 1 de Janeiro de 1864, e o 14º, realizado em 12 de Março de 2001, a população residente em Portugal mais do que duplicou passando de 4 268 995 para 10 356 117 indivíduos. A evolução não foi uniforme, antes apresentando fases de crescimento bem demarcadas e a saber:

- De 1864 a 1911 a população registou um crescimento contínuo, que se traduziu numa taxa média anual de 0,72%, como resultado dos fortes saldos naturais observados. Com a entrada no século XX o ritmo acelerou, mas a taxa média anual manteve-se moderada (0,88%).
- O período seguinte, de 1911 a 1920, caracterizou-se por um ritmo de crescimento anual fraco (0,15%), consequência dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, de uma epidemia de gripe conhecida como pneumónica (em 1918 ocorreu um saldo natural fortemente negativo e único até ao presente) e do primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil.
- Segue-se um período de retoma do crescimento, entre 1920 e 1960, marcado por um crescimento notável entre 1920 e 1940, com taxas médias superiores a 1% ao ano, cujo ritmo se atenua até atingir o valor anual de 0,44% nos anos cinquenta. O ano de 1940 assinala assim a viragem na tendência ascendente do crescimento populacional.
- A tendência para o desacelerar do crescimento veio a culminar na diminuição da população entre 1960 e 1970: é o grande ciclo da emigração portuguesa para a Europa em que o saldo migratório negativo mais que duplicou comparativamente ao decénio anterior. Assiste-se, igualmente, ao início da baixa de natalidade.
- O período de 1970 a 1981, registou taxas médias anuais de crescimento elevadas (1,3%). É um período fortemente diversificado marcado até 1973 pelo êxodo emigratório, sobretudo clandestino, que coincide com a guerra colonial e por uma explosão demográfica nos anos de 1974 e 1975, associada ao processo de descolonização, com reflexo em um enorme movimento de retorno dos portugueses das ex-colónias. Em 1976 inicia-se um crescimento demográfico estável, durante o qual o declínio dos saldos naturais, como consequência da queda de fecundidade, é compensado pela redução dos quantitativos emigratórios e a aceleração do movimento de regresso de emigrantes portugueses, sobretudo de França e Alemanha.
- De 1981 a 1991 assiste-se à estabilização dos valores absolutos da população, na sequência de um crescimento natural fraco e do ressurgimento de um saldo migratório negativo, menos intenso do que o antecedente. É no início deste período que a fecundidade se torna inferior ao nível de substituição das gerações (2,1 crianças por mulher).
- De acordo com os resultados dos Censos 2001 e confirmando as projecções existentes a população residente em Portugal ultrapassou os 10 milhões de habitantes. Ligeira subida da natalidade e forte incremento da imigração, acompanhado do declínio dos surtos emigratórios na segunda metade dos anos noventa e no início dos anos dois mil, explicam o substancial acréscimo da população entre 1991 e 2001, comparativamente ao saldo natural.

A evolução da população residente em Portugal, anteriormente descrita e as correspondentes taxas de crescimento (média anual tendo em conta a diferente periodicidade dos Recenseamentos), encontram-se sintetizadas no quadro seguinte.

Quadro 1.1

População residente e taxas médias de crescimento anual (%), Portugal, 1864-2001				
Anos	População residente			Taxas médias de crescimento anual (%)
	HM	H	M	
1 de Janeiro de 1864	4 286 995	2 074 197	2 212 798	
1 de Janeiro de 1878	4 698 984	2 280 828	2 418 156	0,66
1 de Dezembro de 1890	5 102 891			0,69
1 de Dezembro de 1900	5 446 760			0,65
1 de Dezembro de 1911	5 999 146			0,88
1 de Dezembro de 1920	6 080 135			0,15
1 de Dezembro de 1930 (*)	6 802 429			1,13
12 de Dezembro de 1940	7 755 423	3 734 348	4 021 075	1,31
15 de Dezembro de 1950	8 510 240	4 120 184	4 390 056	0,93
15 de Dezembro de 1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	0,44
15 de Dezembro de 1970	8 611 125	4 089 165	4 521 960	-0,32
16 de Março de 1981	9 833 014	4 737 715	5 095 299	1,30
15 de Abril de 1991	9 867 147	4 756 775	5 110 372	0,03
12 de Março de 2001	10 356 117	5 000 141	5 355 976	0,49

(*) Nas Estatísticas Demográficas de 1968 a população de Portugal divulgada no Censo de 1930 (6 808 710 indivíduos) foi corrigida no distrito de Aveiro e passou a assumir o valor de 6 802 429 indivíduos.

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

O acréscimo de 6 milhões de pessoas observado entre 1 de Janeiro de 1864 e 12 de Março de 2001 não se processou sem sobressaltos, antes ocorrendo determinados fenómenos perturbadores que travaram essa evolução ascendente.

O primeiro entrave ao crescimento contínuo da população surge bastante cedo, entre os anos de 1911 e 1920, quando o saldo natural se reduziu a quase metade do observado no período anterior, como consequência da elevada mortalidade, mas ainda assim foi suficiente para superar o agravamento do saldo migratório que quase triplicou, comparativamente a idêntico período.

O segundo travão ao crescimento da população ocorreu no período de 1960 a 1970 quando o elevado saldo natural, devido ao início da queda da mortalidade, não conseguiu suprir o acentuado saldo migratório negativo e a população diminuiu.

No período intercensitário de 1981 a 1991, o forte saldo migratório negativo revelou-se de novo um obstáculo ao crescimento da população, conjugado com o acentuado declínio da natalidade. Embora diminuto, devido ao recuo observado na natalidade, o saldo natural foi sendo suficiente para manter a população praticamente estável.

O contributo de cada um dos componentes do acréscimo populacional, os saldos natural e migratório, é apresentado no quadro seguinte.

Quadro 1.2

Evolução populacional e suas componentes (milhares), 1980-2001			
Períodos Censitários	Acréscimo Populacional (AP)	Saldo Natural (SN)	Saldo Migratório Residual (SM)
1890-1900	344	488	-144
1900-1911	552	738	-186
1911-1920	81	426	-345
1920-1930	723	804	-81
1930-1940	947	829	118
1940-1950	755	848	-93
1950-1960	379	1088	-709
1960-1970	-278	1074	-1352
1970-1981	1222	829	393
1981-1991	34	354	-320
1991-2001	489	90	398

Nota: Os saldos migratórios intercensitários são residuais, englobam o verdadeiro saldo migratório e os erros de cobertura associados a cada recenseamento enquadrante

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Estatísticas Demográficas

A interpretação destes resultados e as conclusões que lhes estão associadas têm que ter subjacente a própria fiabilidade dos dados. É certo que os dados do movimento natural colhem actualmente uma precisão que os saldos migratórios, não sujeitos a registo directo, não possuem. Contudo, numa análise histórica deve ter-se presente que a obrigatoriedade do registo civil só ocorreu em Portugal com a Lei de 1911, e a aplicação da mesma pode ter originado algumas duplicações que explicam o elevado número de nascimentos com vida observados naquele ano.

Os saldos migratórios intercensitários apresentados, devem ser interpretados com extremo cuidado dado serem *saldos residuais* que representam a diferença do acréscimo da população entre dois recenseamentos consecutivos e o saldo natural observado no mesmo período. Esta avaliação indirecta dos quantitativos migratórios agrega, em si, o saldo migratório real, os erros de cobertura de cada um dos recenseamentos da população cujos efectivos, em especial os mais antigos, devem ser considerados com algumas reservas.

O ajustamento dos efectivos populacionais recenseados em 1991 e 2001 através da aplicação das respectivas taxas de cobertura permitiu determinar saldos migratórios intercensitários mais precisos e que se afastam bastante dos acima indicados. No caso do período 1981-1991, o saldo residual de -315 000 indivíduos passou para -224 504 e no período de 1991-2001 de +398 473 para +228 799 (resultados definitivos dos Censos 2001).

Reconhecida esta realidade, as estimativas de população residente intercensitárias foram recalculadas a partir de 1981 e aferidas para os resultados censitários de 1991 e 2001, corrigidos dos respectivos erros de cobertura¹.

1.2 Situação demográfica recente: aspectos mais relevantes

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, nos últimos vinte anos, é caracterizada pela diminuição do saldo natural, pela inversão da tendência dos saldos migratórios e pelo agravamento do fenómeno do envelhecimento demográfico, isto é, pelo aumento de proporção da população idosa (65 e mais anos) no total da população.

Quadro 1.3

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 1981-2001						
Anos	1981	1985	1991	1995	2000	2001
População Residente Média (milhares)	9851,33	10023,61	9966,83	10027,09	10230,56	10299,22
População Residente em 31.XII (milhares)	9883,67	10030,62	9960,50	10041,40	10262,90	10335,56
Relação de Masculinidade (%)	93,00	93,10	93,03	93,02	93,29	93,40
Nados Vivos	152 061	130 438	116 286	107 084	120 008	112 774
Óbitos	95 728	97 085	103 882	103 475	105 364	105 092
Saldo Natural	56 333	33 353	12 404	3 609	14 644	7 682
Saldo Migratório	8 181	-19 337	-25 000	25 000	50 000	65 000
Acrescimento Populacional	64 514	14 016	-12 599	28 609	64 644	72 682
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,57	0,33	0,12	0,04	0,14	0,07
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,08	-0,19	-0,25	0,25	0,49	0,63
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,66	0,14	-0,13	0,29	0,63	0,71

Fonte: INE, Estimativas de População Residente aferidas com os resultados provisórios dos Censos 2001, tendo em conta os erros de cobertura dos Censos de 1991 e 2001

Existem três marcos importantes a assinalar neste período:

1982 - A fecundidade torna-se inferior ao nível de substituição das gerações, que corresponde a 2,1 crianças por mulher. É o resultado da baixa de natalidade que se desenhava desde o início dos anos sessenta, e o nível da mortalidade infantil torna-se inferior a dois dígitos.

1984 - A população residente em Portugal ultrapassa, pela primeira vez, os 10 milhões de indivíduos.

1993 - O País parece ter-se tornado um país de imigração, com saldos migratórios positivos que se intensificam no final dos anos noventa.

1999 - O número de idosos, ou seja, pessoas com 65 e mais anos de idade, excede o número de jovens, isto é, pessoas com menos de quinze anos. A manutenção de níveis de fecundidade inferiores ao de substituição e o aumento continuado da esperança de vida provocam esta importante modificação na estrutura etária da população.

Como consequência da evolução das diferentes componentes populacionais nos anos de 1981 a 1985 regista-se um crescimento contínuo, embora segundo um ritmo fraco e com tendência para desacelerar (média anual de 0,37%). Contudo os diminutos saldos naturais, tendencialmente decrescentes, foram, suficientes para suprir os saldos migratórios negativos e garantir um acréscimo populacional acumulado de cerca de 150 mil indivíduos.

Nos anos que decorrem desde a segunda metade da década de oitenta até à realização dos Censos de 1991 assiste-se à diminuição contínua da população. É o período em que os saldos naturais, como resultado da baixa da natalidade, são cada vez mais insuficientes para anularem os fortes saldos migratórios negativos.

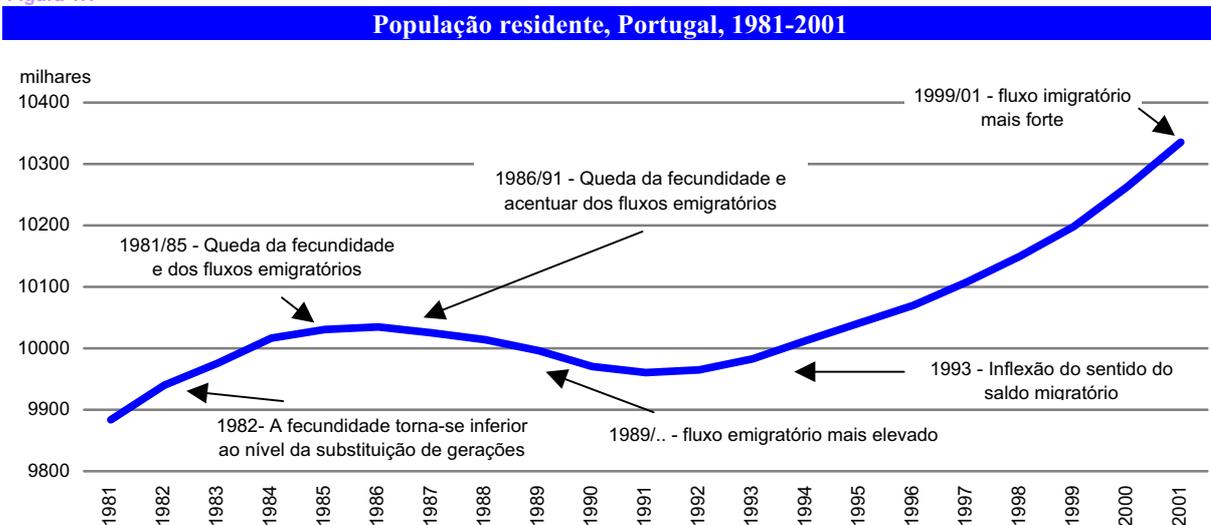
Com o período pós censitário inicia-se a retoma do crescimento populacional, embora este ainda seja ligeiramente negativo em 1991 (-0,1%). A modificação na tendência é justificada pelo atenuar dos fluxos emigratórios de natureza permanente e o incrementar dos fluxos imigratórios, facto que origina saldos migratórios positivos a partir de 1993. Neste ano o saldo natural reduziu-se 44%, comparativamente ao ano anterior. Esta forte baixa resultou essencialmente de uma variação positiva de 5% ocorrida na mortalidade, quase exclusivamente, a partir dos 65 e mais anos de idade.

O ano de 1994 caracteriza-se pelo acréscimo do saldo natural, para o que contribuiu a baixa simultânea de 6% nos óbitos e de 4% nos nados vivos. É contudo em 1996 que se assinala o valor mais baixo do saldo natural ao longo do período, cerca de 3 360 indivíduos. Apesar de ter ocorrido naquele ano um aumento de 3% nos nados vivos, em relação ao ano anterior, o agravar da mortalidade em 3,3% praticamente anulou aquele efeito.

De 1981 a 2001 o saldo natural diminuiu 86%, passando de 56 330 para 7682 indivíduos, devido à queda da natalidade e a um agravamento da mortalidade, originado pelo envelhecimento da população, dado que no campo da mortalidade jovem e infantil, os ganhos prosseguiram.

A evolução da população portuguesa parece assim, nos últimos anos, depender cada vez mais do sentido positivo dos saldos migratórios.

Figura 1.1



A população residente em Portugal em 31 de Dezembro de 2001 foi estimada em 10 335 559 indivíduos, dos quais 4 991 590 homens e 5 343 969 mulheres. A estimativa assenta nos resultados provisórios dos Censos de 12 de Março de 2001, ajustados com os erros de cobertura medidos pelo Inquérito de Qualidade, e será revista com os resultados definitivos dos Censos.

O crescimento anual da população foi de 0,71%, valor ligeiramente superior ao do ano anterior (0,63% em 2000) e resultou essencialmente do forte crescimento migratório (0,63%) pois o crescimento natural foi bastante diminuto (0,07%).

O número de nascimentos com vida recuou 6% comparativamente ao ano anterior, enquanto o número de óbitos estabilizou. Como resultado desta evolução o saldo natural (7 682) reduziu-se a metade do observado em 2000. O saldo migratório líquido aumentou para 65 000 indivíduos (70 000 entradas e 5000 saídas), traduzindo a intensidade da imigração com origem nos países africanos de língua portuguesa, as novas formas de imigração, em especial, as provenientes dos países da Europa de Leste, do Brasil, da China e de Espanha, conjugada com os fracos níveis dos fluxos emigratórios. No final dos anos noventa o reforço do volume de entradas certamente que se interliga com o processo de segunda regularização extraordinária, realizado em 1996, e com a nova legislação sobre autorização de permanência² que abrange os estrangeiros com contrato de trabalho válido.

Portugal evidencia um comportamento demográfico próximo da média da União Europeia (UE = 0,4% em 2000) embora com um ritmo de crescimento mais acelerado.

De notar que a Alemanha, Grécia e Suécia registam aumentos de população exclusivamente resultantes da imigração, dado que os saldos naturais são negativos.

A distribuição da população e os ritmos de crescimento diferem, no passado e no presente, nas regiões do país, como consequência dos diversos comportamentos das variáveis demográficas. As assimetrias regionais, sobretudo entre interior e litoral, retratam as diversas evoluções.

O comportamento demográfico português não é uniforme, mas a baixa da natalidade e mortalidade estendeu-se a todo o território, embora afectando as diversas regiões com grau de intensidade diferentes. As regiões do interior observam saldos naturais negativos que, conjugados com saldos migratórios negativos, têm provocado diminuições na população.

A influência das variáveis migratórias, quer na sua componente interna quer na externa, revela-se tanto sobre o crescimento global, aumentando ou anulando, os efeitos do contributo do saldo natural e limitam ou reforçam a tendência para o envelhecimento da população. A sua avaliação é contudo precária devido à não existência de fontes estatísticas credíveis facto que introduz incerteza nos efectivos populacionais estimados. Estas dificuldades podem ser ultrapassadas no curto prazo com a análise dos efectivos recenseados a nível geográfico mais fino.

2. Natalidade e fecundidade

As mulheres residentes em Portugal tiveram 112 774 nados vivos em 2001, ou seja, menos cerca de 39 300 filhos do que em 1981, e menos 100 000 do que em 1960. Assistiu-se, assim, a uma redução da natalidade em 53% nos últimos quarenta anos.

Quadro 2.1

Indicadores sobre a Natalidade, 1981-2001

Anos	1981	1985	1991	1995	2000	2001
Nados vivos	152 061	130 438	116 286	107 084	120 008	112 774
Nados vivos fora do casamento	14 434	16 088	18 122	19 990	26 642	26 814
Nados vivos fora do casamento (%)	9,5	12,3	15,6	18,7	22,2	23,8
Taxa de Natalidade (‰)	15,4	13,0	11,7	10,7	11,7	10,9
Índice Sintético de Fecundidade	2,129	1,725	1,554	1,398	1,559	1,463
Idade média ao nascimento do 1º filho	23,6	23,8	24,9	25,6	26,5	26,8
Idade média ao nascimento de um filho	26,6	26,6	27,2	27,8	28,6	28,8

Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Em 1996 interrompeu-se o andamento decrescente da natalidade que se manifestava desde o começo dos anos sessenta, tendo o fenómeno registado naquele ano, uma subida próxima de 3% comparativamente ao ano anterior. A variação positiva prosseguiu nos anos seguintes, embora o ritmo se tenha atenuado: 2,4% de 1996 para 1997 e 0,4% no ano seguinte, para acelerar de 1998 para 1999 (2,3%) e de 1999 para 2000 (3,5%). A natalidade iniciou o séc. XXI com uma diminuição forte, comparativamente ao ano anterior (-6%).

Quadro 2.2

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por Nacionalidade das mães, 1995-2001

País Nacionalidade	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	nº	%												
TOTAL	107 084		110 261		112 933		113 384		116 038		120 008		112 774	
EUROPA	105 139	98,14	108 116	98,05	110 586	97,92	110 722	97,62	111 780	96,33	115 110	95,92	107 934	95,71
Portugal	104 717	97,70	107 721	97,70	110 161	97,55	110 217	97,21	110 904	95,58	114 174	95,14	106 869	94,76
Alemanha	61	0,06	75	0,07	59	0,05	60	0,05	118	0,10	104	0,09	101	0,09
Bélgica	14	0,01	13	0,01	6	0,01	12	0,01	17	0,01	19	0,02	14	0,01
Espanha	81	0,07	62	0,06	69	0,06	71	0,06	123	0,11	120	0,10	99	0,09
França	53	0,05	56	0,05	73	0,06	87	0,08	335	0,29	356	0,30	280	0,25
Itália	14	0,01	12	0,01	15	0,01	18	0,02	17	0,01	36	0,03	24	0,02
Países Baixos	42	0,04	29	0,03	42	0,04	39	0,03	26	0,02	40	0,03	44	0,04
Reino Unido	74	0,07	87	0,08	73	0,06	108	0,10	79	0,07	75	0,06	95	0,08
Outros países da U.E.	22	0,02	16	0,01	18	0,02	27	0,02	31	0,03	34	0,03	27	0,02
Outros países da Europa	61	0,06	45	0,04	70	0,06	83	0,07	130	0,11	152	0,13	381	0,34
ÁFRICA	1 425	1,36	1 635	1,48	1 788	1,58	2 036	1,80	3 399	2,93	3 928	3,27	3 649	3,24
Angola	376	0,36	453	0,41	542	0,48	644	0,57	1 359	1,17	1 559	1,30	1 396	1,24
Cabo Verde	665	0,62	662	0,60	697	0,62	753	0,66	933	0,80	1 156	0,96	1 136	1,01
Guiné Bissau	206	0,19	256	0,23	281	0,25	336	0,30	465	0,40	495	0,41	495	0,44
Moçambique	34	0,03	50	0,05	58	0,05	63	0,06	244	0,21	250	0,21	218	0,19
S.Tomé e Príncipe	112	0,11	171	0,16	166	0,15	185	0,16	279	0,24	322	0,27	278	0,25
Total dos PALP	1 393	1,32	1 592	1,46	1 744	1,56	1 981	1,82	3 280	2,83	3 782	2,83	3 523	2,83
Outros Países	32	0,03	43	0,04	44	0,04	55	0,05	119	0,10	146	0,12	126	0,11
AMÉRICA	425	0,41	393	0,36	406	0,36	447	0,39	654	0,56	716	0,60	920	0,82
América do Norte	54	0,05	58	0,05	70	0,06	81	0,07	91	0,08	93	0,08	78	0,07
América Central e do Sul	371	0,36	335	0,30	336	0,30	366	0,32	563	0,49	623	0,52	842	0,75
Brasil	281	0,27	281	0,26	267	0,24	294	0,26	413	0,36	469	0,36	711	0,36
ÁSIA E OCEANIA	89	0,09	90	0,08	127	0,11	152	0,14	193	0,17	242	0,17	265	0,17
Total de nados vivos de mães estrangeiras	2 380	2,22	2 540	2,30	2 772	2,45	3 167	2,79	5 134	4,42	5 834	4,86	5 905	5,24

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

O incremento recente de natalidade, ocorrido durante cinco anos consecutivos, deve ser interpretado com cuidado, pois tem certamente subjacentes flutuações conjunturais associadas ao efeito idade. Embora as mães portuguesas considerem que dois é o número ideal de filhos, como o comprovam os resultados do Inquérito à Fecundidade e Família (IFF) realizado pelo INE em 1997, diversas razões, entre as quais prevalecem as económicas, influenciam a decisão de ter apenas um ou dois filhos.

O número de filhos de mães estrangeiras explicou aquela subida da natalidade, apesar de a avaliação só poder ser medida para um período curto pois a variável nacionalidade dos pais apenas começou a ser inquirida a partir de 1995, precisamente o ano em que se inicia a mudança. Se se considerar a variação positiva dos nados vivos ocorrida entre 1995 e 2001 (5 577) constata-se que 62,1% é explicada por filhos de mães estrangeiras residentes em Portugal, sendo 37,5 % de mães nacionais dos PALP.

A nacionalidade angolana explica quase metade (47,9%) do aumento da natalidade, atribuído no período, aos países africanos de língua portuguesa. Por outro lado, a posição dos nascimentos com vida cujas mães são provenientes de outros países da Europa tem aumentado.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira representavam 2,2% do total de nascimentos em 1995 para reforçarem a importância e ascenderem a 5,2% em 2001.

Os nados vivos de mães cuja nacionalidade pertencia aos países africanos de língua portuguesa (PALPS), assumem a importância relativa mais significativa e sempre crescente: 1,3% em 1995, contra 3,1% de 2001.

De notar a tendência em alta do grupo residual Outros da Europa, embora com valores pouco expressivos, e que engloba os nascimentos de filhos de emigrantes com proveniência da Europa de Leste.

O ritmo de crescimento nados vivos de mães estrangeiras, substancialmente superior ao do de mães com nacionalidade portuguesa, marca a variação anual dos nascimentos com vida em Portugal. Em 2001, e comparativamente ao ano anterior, o acréscimo de 1,2% de nados vivos de mães estrangeiras atenuou o efeito da variação negativa do número de nados vivos de mães com nacionalidade portuguesa (-6,4%).

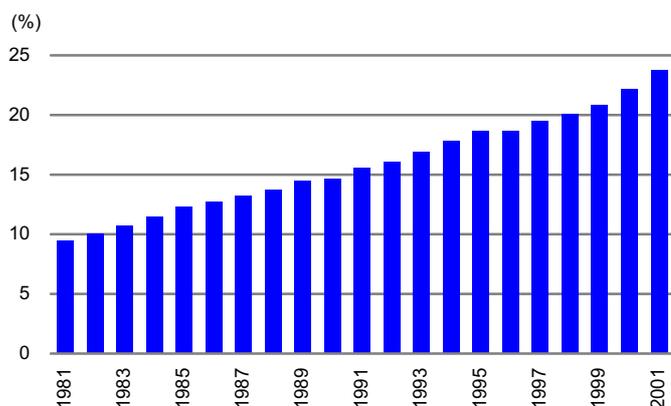
Como resultado da evolução descrita, a taxa bruta de natalidade recuou (10,9 nados vivos por mil habitantes em 2001 contra 11,7‰ em 2000). O valor da natalidade é superior ao estimado pelo Eurostat para o conjunto dos países da União Europeia (UE) para o mesmo ano (10,6 nados vivos por mil habitantes). A Irlanda, país que só recentemente deixou de assegurar a substituição das gerações, continua a deter a taxa de natalidade mais alta entre os países da UE (15,0‰ em 2000) tendo mesmo registado um razoável incremento, comparativamente ao ano anterior. Ligeira subida se verificou igualmente em Espanha (10,1‰). Alemanha (8,9‰), Áustria (9,3‰), Itália (9,4‰) e Grécia (9,5‰) apresentam os valores mais baixos. Tendo sempre presente a fragilidade do indicador, que não reflecte a estrutura por idades da população, pode concluir-se que a taxa bruta de natalidade em Portugal acompanha a evolução observada na quase totalidade dos países comunitários.

A tendência em alta dos nados vivos fora do casamento é outra característica da fecundidade, passando a proporção de 9,5% em 1981 para 23,8% em 2001, nível ainda inferior à média comunitária estimada pelo Eurostat³ para 2000 (28,4%), muito longe da observada na Suécia (55,3%), Dinamarca (44,6%) e bastante superior à dos outros países da Europa do Sul: Espanha (17,0%), Itália (9,6%) e Grécia (4,1%) no mesmo ano. Todos os países revelam uma tendência de aumento.

No caso português, o aumento de peso dos nados vivos fora do casamento no total de nados vivos indicia a adopção de outras formas de conjugalidade. Apesar do período de observação só se poder cingir aos anos posteriores a 1994, o acréscimo dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais, parece confirmar que estes adoptam com mais frequência a união de facto como forma de conjugalidade,⁴ em detrimento do casamento legal.

Figura 2.2

Nados vivos fora do casamento (%), Portugal, 1981-2001



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A amplitude do fenómeno está bem diferenciada geograficamente, sendo em 2001, no Algarve (41,6%) que se encontra a proporção mais elevada. Ao Norte (14,8%) e à Região Autónoma dos Açores (14,1%) pertencem os valores mais baixos. Esta hierarquização mantém-se ao longo do período em análise.

O número de nados vivos fora do casamento elevou-se a 26 814, o que representa um acréscimo de 85,8 % comparativamente a 1981.

De 1991 a 2001 houve uma subida de 8 692 nados vivos fora do casamento, sendo a maioria (68,0%) de mães residentes em Lisboa e Vale do Tejo. Na maior parte dos nascimentos ocorridos fora do casamento observa-se uma situação de coabitação dos pais (20 062 em 2001).

Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reportam ao primeiro filho, proporção que continuou a crescer nos últimos anos, embora com ligeiras flutuações, para alcançar os 53,3% em 2001 (54,5% em 1999). A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanhou o decréscimo da fecundidade e começou a diminuir quando o nível de substituição das gerações deixou de ser assegurado, isto é, em 1982. No final dos

anos oitenta a proporção de mães residentes em Portugal que tiveram o terceiro filho tornou-se inferior a 10%. Os nascimentos de ordem mais elevada não mais recuperaram as suas posições e assumem, nos anos recentes, valores muito pouco expressivos.

Importante referir ainda que os nascimentos de quinta ordem ou de ordem superior, que nos primeiros anos de sessenta ocupavam a segunda posição, com 22,2 % do total de nascimentos com vida, chegando a ultrapassar os 23% em 1964, diminuíram continuamente e fortemente para atingirem os 6,2% em 1982, e apenas 1,4% em 2001.

O comportamento da fecundidade em Portugal tem-se, assim, caracterizado pelo aumento da frequência dos primeiros nascimentos com vida. O incremento conjuntural registado na segunda metade dos anos noventa, traduziu-se na opção de ter o primeiro ou o segundo filho. De facto, os nascimentos de primeira ordem explicam dois terços do acréscimo de natalidade observado no período de 1995 a 1999. De realçar contudo, que os nascimentos de segunda ordem aumentaram cerca de 5% de 1995 para 1996, embora a variação se tenha tornado cada vez mais fraca (4% e 2%, nos anos seguintes) passando mesmo a negativa a partir de 1999. Aliás, neste ano a subida da natalidade resultou exclusivamente ao aumento do número dos primeiros filhos.

Outro aspecto que caracterizou a evolução da fecundidade portuguesa foi o seu envelhecimento: recuo da fecundidade das adolescentes (15-19 anos), passagem da maior frequência da fecundidade do grupo etário dos 20-24 anos para o dos 25-29 anos e incremento da fecundidade nas idades iguais ou superiores a trinta anos.

A evolução da fecundidade é muito diferenciada segundo a idade das mães.

Em 1981, data em que o número médio de crianças por mulher era de 2,1, a taxa de fecundidade do grupo etário dos 15-19 anos era de 39,6‰, ou seja, cada 1000 adolescentes dos 15 aos 19 anos de idade tinham em média 40 crianças; a taxa mais elevada situava-se no grupo etário dos 20-24 anos (133,6‰) e, a dos 30-34 anos era superior a metade da do grupo etário dos 20-24 anos (74,7‰). Estima-se que o índice sintético de fecundidade tenha atingido o nível mais baixo em 1995, traduzido em 1,398 crianças por mulher.

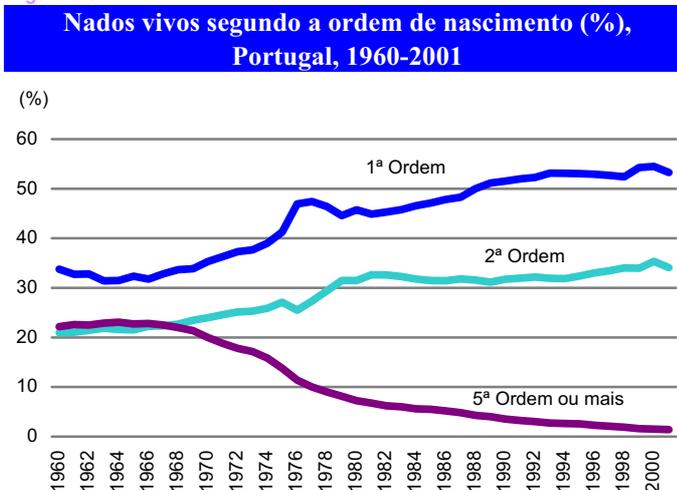
Esta baixa de fecundidade de 1981 a 1995 resultou, sobretudo do recuo do fenómeno nas camadas mais jovens (15-19 anos), diminuindo a respectiva taxa de 20,6‰ (1995) para cerca de metade da observada em 1981 (36,9‰); também no grupo etário dos 20-24 anos as taxas se reduziram mais de dois terços (passando de 133,6‰ para 62,7‰). Entre 1995 e 2001, a tendência inverte-se e aumenta ligeiramente nas adolescentes e consideravelmente entre os 30-39 anos, confirmando o retardar da fecundidade.

De ressaltar que, para o aumento conjuntural da fecundidade nos últimos 5 anos do século XX, contribuíram essencialmente as mulheres entre os 30-34 anos e igualmente, embora de modo ligeiro, as adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. O acréscimo nas idades jovens é de facto preocupante na medida em que no seio dos países da UE, Portugal detém a segunda taxa mais elevada nesta faixa etária, a seguir ao Reino Unido.

A evolução da fecundidade entre as jovens adolescentes em Portugal conheceu uma subida de 26,4‰ em 1960 para 42,5‰ em 1980, não acompanhando, portanto, naquele período, a baixa de natalidade do País sintetizada na passagem de uma média de 3,2 crianças por mulher para 2,2 crianças por mulher.

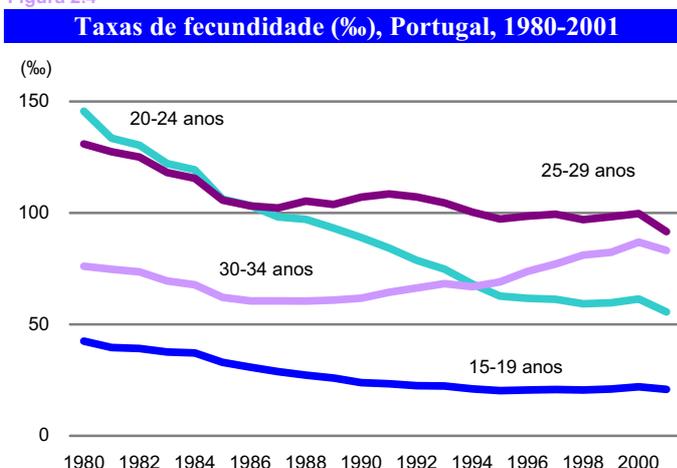
Em 2001 assiste-se a uma baixa da fecundidade em todos os grupos etários comparativamente ao ano anterior

Figura 2.3



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

Figura 2.4



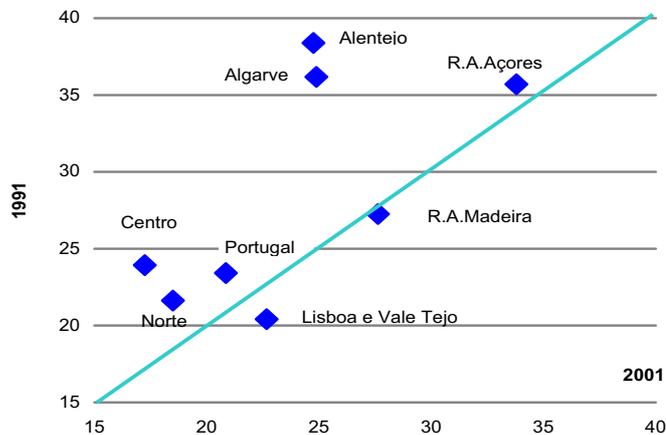
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

As assimetrias regionais em matéria de fecundidade são bem conhecidas. A Região Autónoma dos Açores possui a taxa mais elevada de fecundidade de adolescentes (33,8‰ em 2001) e não parece ter melhorado significativamente a sua posição nos anos mais recentes, como evidencia a análise comparativa para o período de dez anos.

É no Centro (17,2‰) e no Norte (18,6‰) que as adolescentes registam as taxas de fecundidade mais baixas no mesmo ano. Lisboa e Vale do Tejo (22,7‰) assistiu ao agravar da taxa (20,4‰ em 1991).

Figura 2.5

Taxas de fecundidade de adolescentes (15-19 anos), nados vivos por mil mulheres, NUTS II, 1991 e 2001



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Os níveis de fecundidade estabilizaram nas idades mais avançadas, durante os anos noventa e reduziram-se praticamente a um quinto dos observados no início dos anos oitenta. É no grupo dos 30-34 anos de idade, confirmando o envelhecimento da fecundidade, que se encontra o maior incremento das taxas de fecundidade no período pós 1995. O envelhecimento é notório quando se passa a uma análise mais fina das taxas de fecundidade segundo a ordem de nascimento: a taxa de fecundidade dos nascimentos de primeira ordem no grupo etário dos 30-34 anos elevou-se de 16,9‰ em 1991 para 31,0‰ em 2001 e nos 35-39 anos praticamente duplicou. As taxas de fecundidade dos nascimentos de primeira ordem em 2001 sofreram um recuo em todas as idades. Evolução semelhante registaram as taxas dos nascimentos de segunda ordem, com ligeiro aumento do escalão etário dos 35-39 anos. Esta análise permite também confirmar que o aumento conjuntural de nascimentos verificado entre 1996 e 2000 decorreu essencialmente dos primeiros nascimentos. A variação das taxas na idade dos 30-34 anos é bem expressiva.

Quadro 2.3

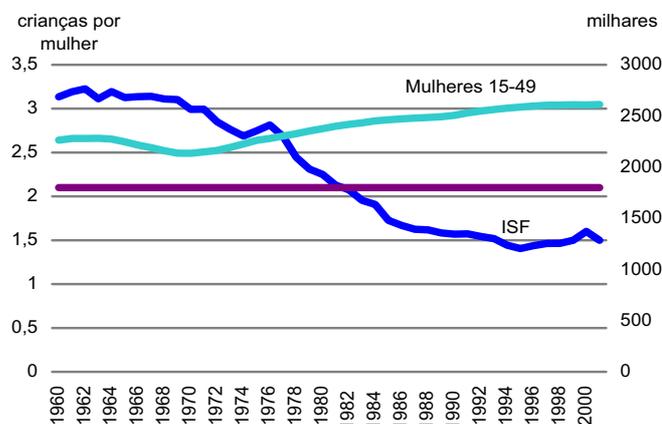
Taxas de fecundidade segundo a ordem de nascimento (‰), Portugal, 1991-2001

Idades	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1ª ordem											
20-24	62,5	58,8	56,0	51,2	47,3	46,6	45,9	44,2	45,2	46,6	41,1
25-29	54,2	55,0	55,5	53,9	53,3	55,0	56,2	56,1	59,4	60,7	55,4
30-34	16,9	17,9	20,1	20,3	21,0	22,6	24,2	26,2	28,7	31,5	31,0
35-39	4,4	4,4	4,6	4,8	5,0	5,5	5,9	6,1	8,1	8,5	8,1
2ª ordem											
20-24	18,2	16,8	15,8	13,8	12,4	12,3	12,5	12,2	11,9	12,0	11,8
25-29	42,3	41,0	38,7	36,2	34,0	34,0	33,7	32,3	31,2	31,5	29,1
30-34	30,1	31,5	32,2	31,4	33,2	36,0	38,1	39,9	40,0	41,9	39,4
35-39	7,9	8,1	8,7	8,8	9,3	10,4	11,5	13,2	14,1	15,4	15,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Figura 2.6

Índice sintético de fecundidade e população feminina dos 15-49 anos, Portugal, 1960-2001



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Os níveis de fecundidade estabilizaram nas idades mais avançadas, durante os anos noventa e reduziram-se praticamente a um quinto dos observados no início dos anos oitenta.

É no grupo dos 30-34 anos de idade, confirmando o envelhecimento da fecundidade, que se encontra o maior incremento das taxas de fecundidade no período pós 1995.

O envelhecimento é notório quando se passa a uma análise mais fina das taxas de fecundidade segundo a ordem de nascimento: a taxa de fecundidade dos nascimentos de primeira ordem no grupo etário dos 30-34 anos elevou-se de 16,9‰ em 1991 para 31,0‰ em 2001 e nos 35-39 anos praticamente duplicou. As taxas de fecundidade dos nascimentos de primeira

ordem em 2001 sofreram um recuo em todas as idades. Evolução semelhante registaram as taxas dos nascimentos de segunda ordem, com ligeiro aumento do escalão etário dos 35-39 anos. Esta análise permite também confirmar que o aumento conjuntural de nascimentos verificado entre 1996 e 2000 decorreu essencialmente dos primeiros nascimentos. A variação das taxas na idade dos 30-34 anos é bem expressiva.

As taxas de fecundidade resumidas através do índice sintético de fecundidade (ISF) evidenciam que os níveis se reduziram a metade no período compreendido entre 1960 e 2001, colocando o país dentro dos padrões comunitários, apesar da população feminina em idade de procriar (15-49 anos) registar uma evolução positiva no período em análise.

O índice sintético de fecundidade (ISF) estimado para Portugal em 2001 (1,463 crianças por mulher) é ligeiramente inferior ao da média UE, que, segundo a fonte do Eurostat anteriormente citada, foi estimada para aquele ano em 1,47 crianças. Itália (1,24), Espanha (1,25), Áustria, Alemanha e Grécia (1,29) detinham naquele ano os valores mais baixos. Ao Luxemburgo (1,70), Finlândia

(1,73) e Dinamarca (1,74), França (1,90) e Irlanda (1,98) pertenciam, no mesmo ano, os índices sintéticos mais elevados. A maior parte dos países comunitários estabilizou ou pouco aumentou, o nível do indicador conjuntural da fecundidade, facto que se reflectiu na média estimada. A Irlanda, onde o indicador registou um aumento sensível, a Alemanha, Luxemburgo e Portugal, com quebras significativas, são a excepção.

Pode adiantar-se que, em 2001, nenhum país da UE assegurava a substituição das gerações e que os níveis mais baixos se encontravam na Europa do Sul, cujos países têm mantido nos últimos anos as suas posições relativas.

O progresso no campo da mortalidade, sobretudo na mortalidade infantil, o retardar da idade média da mulher ao primeiro casamento e ao nascimento do primeiro filho, e o conseqüente reflexo no encurtar do período de procriação, a difusão dos métodos modernos de contracepção, a dificuldade dos jovens no acesso à habitação e ao primeiro emprego, e o conseqüente adiamento na saída de casa dos pais, o prolongamento da escolaridade obrigatória, o aumento do nível de instrução e da actividade profissional da mulher, a afirmação social e profissional do casal, a dificuldade em conciliar a vida profissional, familiar e pessoal, o processo de urbanização e as correntes migratórias são alguns dos factores normalmente apontados para explicar a baixa de fecundidade.

A evolução da idade média da mulher ao nascimento do primeiro e de um filho comprova o retardar do nascimento. De facto a diminuição da natalidade nos anos sessenta e setenta foi acompanhada pela baixa da idade média da mulher ao nascimento quer do primeiro quer de um filho. A tendência modifica-se no início dos anos oitenta, quando a natalidade já é tão baixa que não permite assegurar a substituição das gerações, passando a idade média ao nascimento, quer do primeiro filho quer de um filho a elevar-se.

De 1982 a 2001 as mulheres retardaram a idade média ao nascimento do primeiro filho cerca de 3 anos. As mulheres tiveram em 2001 o primeiro filho com a idade média de 26,8 anos, ou seja com idade idêntica àquela em que em 1982 tinham um filho.

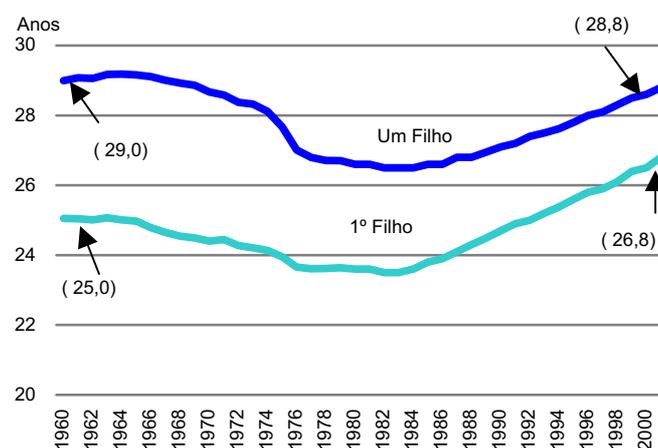
O avançar da idade média à maternidade, no mesmo período, foi mais suave e traduziu-se apenas em 2 anos, facto que se pode explicar pela importância relativa cada vez mais forte que os primeiros nascimentos assumem no total.

Em todas as NUTS II, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho aumentou significativamente nos últimos 15 anos. Lisboa e Vale do Tejo apresenta em 2001 o valor máximo com 27,4 anos enquanto a Região Autónoma dos Açores regista o valor mínimo: 24,6 anos. As posições relativas mantêm-se no que se reporta ao nascimento de um filho. O retardar da idade foi mais expressivo entre as mulheres residentes em Lisboa e Vale do Tejo que passaram, em média, a ter o primeiro filho três anos mais tarde do que em 1983 (24,0 anos), acompanhando assim a evolução do país. Nos Açores, as mulheres atrasaram em 2,3 anos o nascimento do primeiro filho, situação a que não é alheio o fraco declínio da natalidade naquela região. A diferença das idades médias entre as duas NUTS é, assim, mais acentuada no presente.

As taxas de reprodução bruta e líquida, reflectem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. Em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, ou seja a substituição de cada geração ainda era assegurada: cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa essa situação já não se verificava, pois cada mãe, ao longo do seu período fecundo, tinha em média apenas 0,7 crianças do sexo feminino. À semelhança do índice sintético de fecundidade, o número de filhas não é, desde o início da década de oitenta, suficiente para assegurar a substituição das gerações femininas.

Figura 2.7

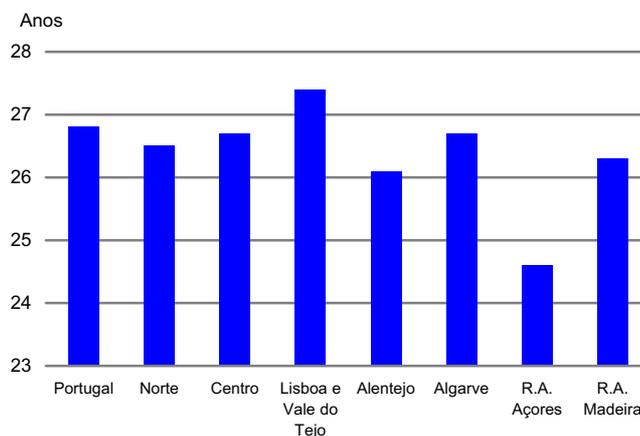
Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho e de um filho (anos), Portugal, 1960-2001



Fonte: INE, DECP/SEP e Estatísticas Demográficas

Figura 2.8

Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho (anos), NUTS II, 2001



Fonte: INE, DECP/SEP

Quadro 2.4

Taxas de Reprodução Bruta e Líquida (n.º médio de crianças por mulher), Portugal, 1960-2001			
Anos	Índice Sintético de Fecundidade	Taxa de Reprodução Bruta	Taxa de Reprodução Líquida
1960	3,110	1,530	1,336
1970	2,840	1,460	1,348
1981	2,129	1,039	1,002
1991	1,554	0,758	0,742
1992	1,523	0,743	0,728
1993	1,500	0,732	0,718
1994	1,431	0,699	0,685
1995	1,398	0,682	0,670
1996	1,434	0,700	0,687
1997	1,464	0,714	0,702
1998	1,469	0,717	0,698
1999	1,504	0,734	0,716
2000	1,559	0,740	0,729
2001	1,463	0,714	0,698

Fonte: INE, DECP/SEP

Índice Sintético de Fecundidade: n.º médio de crianças por mulher

Taxas Bruta de Reprodução: número médio de crianças do sexo feminino por mulher

Taxas Líquida de Reprodução: número de crianças do sexo feminino por mulher, provenientes das mães submetidas à mortalidade de momento

3. Nupcialidade e divorcialidade

Após as flutuações registadas nos anos oitenta, da diminuição na primeira metade dos anos noventa, seguida de um novo aumento, confirma-se pelo segundo ano consecutivo a baixa de casamentos celebrados em Portugal (58 390 casamentos em 2001). Esta evolução reflectiu-se na taxa bruta de nupcialidade, que se situou em 2001 em 5,7 ‰.

Quadro 3.1

Indicadores de nupcialidade e divorcialidade, Portugal, 1981-2001						
Anos	1981	1985	1991	1995	2000	2001
Casamentos	76 283	68 461	71 808	65 776	63 752	58 390
Divórcios	6 827	8 988	10 047	12 322	19 104	18 851
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	7,7	6,8	7,2	6,6	6,2	5,7
Idade média ao 1.º casamento						
Homens	25,4	25,6	26,3	26,8	27,5	27,8
Mulheres	23,3	23,6	24,4	24,9	25,7	26,1
Idade média ao casamento						
Homens	27,2	27,4	28,0	28,6	29,3	29,8
Mulheres	24,3	24,6	25,3	25,9	26,9	27,4
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	0,7	0,9	1,0	1,2	1,9	1,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

De notar que Portugal detém a segunda taxa de nupcialidade mais forte da UE cuja média foi estimada em 2000 em 5,1‰ seguido da Dinamarca (6,6‰ em 2001). A taxa mais baixa é pertença da Suécia (4,0‰ em 2001). À excepção da Grécia, cuja estimativa do Eurostat⁵ aponta para uma subida da taxa bruta de nupcialidade, todos os outros países com dados disponíveis acusam o recuo dos níveis da referida taxa.

Quadro 3.2

Casamentos segundo o estado civil anterior (%), Portugal, 1981-2001												
	1981	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Casamentos de mulheres solteiras - %	95,38	94,43	94,10	94,40	94,19	93,69	92,89	93,19	93,07	92,94	92,33	91,46
Casamentos de homens solteiros - %	92,05	91,48	91,36	91,58	91,32	90,82	90,41	90,76	90,63	90,64	90,03	89,09
Casamentos de mulheres viúvas - %	1,82	1,29	1,31	1,10	1,04	1,05	1,07	0,93	1,00	0,94	0,94	1,04
Casamentos de homens viúvos - %	3,18	2,25	2,25	2,11	1,93	1,96	1,72	1,73	1,66	1,54	1,59	1,66
Casamentos de mulheres divorciadas - %	2,80	4,28	4,59	4,50	4,77	5,25	6,05	5,87	5,93	6,12	6,74	7,49
Casamentos de homens divorciados - %	4,78	6,28	6,39	6,30	6,75	7,22	7,87	7,51	7,71	7,82	8,38	9,25

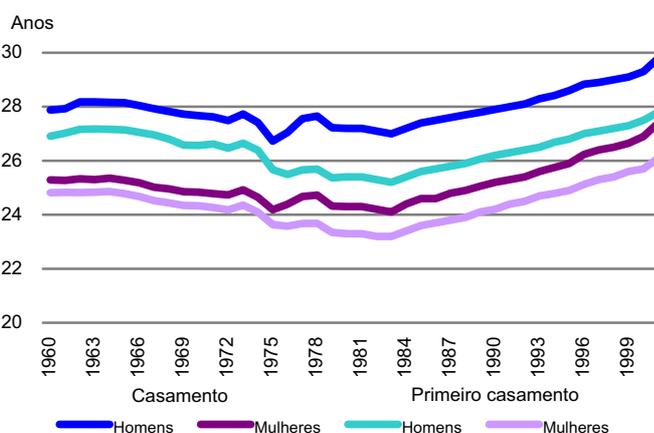
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos, tanto para homens como para mulheres, diminuiu de 1981 para 2001. Contrariamente, a importância relativa dos casamentos de divorciados cresceu mais significativamente entre as mulheres que passaram a representar 7,5% em 2001 do total dos casamentos, contra 2,8% em 1981. Paralelamente, voltar a casar depois de uma situação de viuvez é uma opção mais frequente entre os homens do que entre as mulheres. A constituição de novas famílias parece pois confirmada.

A diminuição de cerca de 19% observada nos casamentos entre 1991 e 2001, deve-se ao decréscimo do número de uniões legais de cônjuges solteiros em partes quase idênticas para homens (20,8%) e para mulheres (21,2%), e de viúvos, embora os efectivos sejam pouco significativos, com realce particular para os homens (39,9%), dado que as mulheres com o mesmo estado civil sofreram uma baixa menos acentuada (34,2%). Os divorciados no mesmo período apresentam um incremento de 19,9% para os homens e de 42,2% para as mulheres. Os casamentos parecem pois, com base nos dois tipos de análise, confirmarem as tendências recentes das formas de conjugalidade.

Figura 3.1

Idade média ao casamento (anos), Portugal, 1960-2001



Fonte: INE, DECP/SEP

Os jovens casam-se cada vez mais tarde. Desde 1984 que a idade média ao primeiro casamento não cessa de aumentar coincidindo com o período em que se acentuou a diminuição dos nascimentos; o seu valor atinge, em 2001, os 27,8 anos para os homens e os 26,1 para as mulheres, ou seja, 2,4 anos mais tarde para os homens e 2,7 anos para as mulheres. Idêntica evolução se detecta na idade média ao casamento.

O retardar do casamento é mais marcante entre as mulheres, facto bem evidenciado pela redução da diferença entre as idades médias, quer se reporte ao primeiro casamento quer a um casamento e decorre essencialmente do aumento da escolaridade e da entrada da mulher no mercado de trabalho.

As idades médias da mulher ao primeiro casamento avançaram em todas as NUTS II, sendo as mais elevadas em 2001 em Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, ambas com 27,4 anos, seguidas do Alentejo com 26,9 anos. É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres contraem casamento mais cedo (23,0 anos, em 2001).

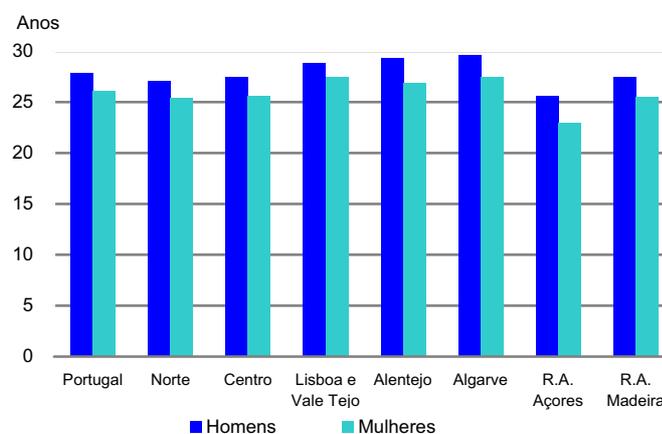
No que se reporta aos homens, é no Algarve que os primeiros casamentos se celebram mais tarde (29,6 anos em 2001) e na Região

Autónoma dos Açores que ocorrem mais cedo (25,6 anos). Aliás, é nos Açores, a região com maior nível de natalidade, que tanto os homens como as mulheres contraem os primeiros casamentos mais novos.

A taxa de nupcialidade de solteiros com idade até aos 50 anos tem vindo a diminuir, sobretudo entre os homens. Esta evolução está bem ilustrada através do indicador conjuntural dos primeiros casamentos.

Figura 3.2

Idade média ao primeiro casamento (anos), NUTS II, 2001



Fonte: INE, DECP/SEP

Quadro 3.3

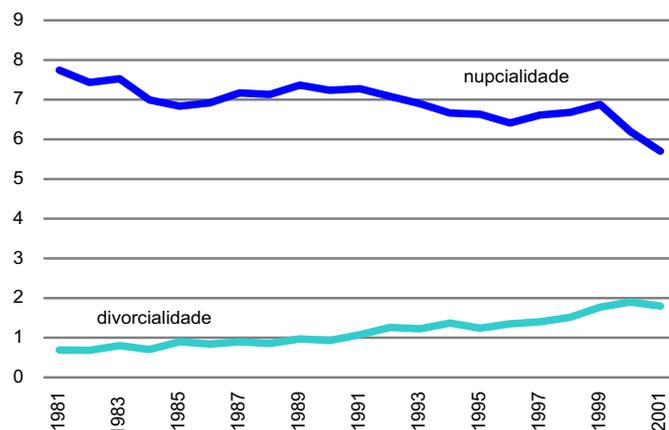
Indicador conjuntural de primo nupcialidade, Portugal, 1990-2001		
Anos	Homens	Mulheres
1990	0,87	0,88
1991	0,86	0,87
1992	0,83	0,83
1993	0,80	0,81
1994	0,77	0,78
1995	0,76	0,77
1996	0,72	0,74
1997	0,75	0,77
1998	0,75	0,78
1999	0,78	0,81
2000	0,72	0,75
2001	0,65	0,68

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Série Estimativas Provisórias

Em 1990 a proporção de homens e mulheres solteiros, cujo primeiro casamento se realizava até aos cinquenta anos de idade era praticamente igual e rondava os 90%. Apesar de ligeiros incrementos ao longo dos anos noventa houve uma variação, no período em análise, de menos de 22 pontos percentuais para os homens e de 20 pontos para as mulheres. De facto, o indicador de primo nupcialidade modificou as tendências: em 2001, 68% das mulheres celebraram o primeiro casamento antes dos 50 anos (88% em 1990), enquanto que apenas 65% dos homens se casaram pela primeira vez antes daquela idade (87% em 1990).

Figura 3.3

Taxas de nupcialidade e divorcialidade (por mil habitantes) Portugal, 1981-2001

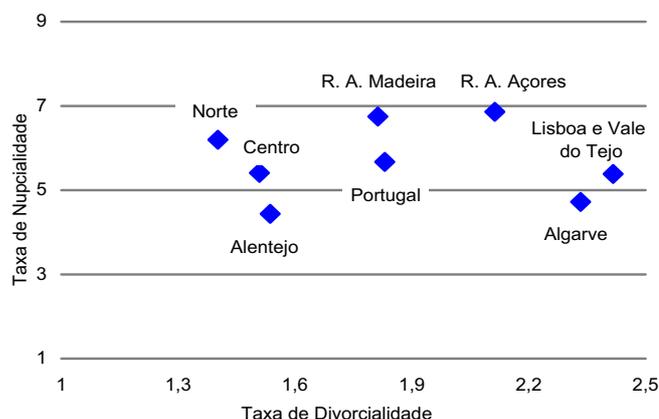


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

As assimetrias regionais em termos de formação e dissolução do casamento são notórias. A Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores partilham os valores mais elevados de nupcialidade, com taxas respectivamente de 6,7‰ e 6,9‰, mas é claro o afastamento no que se reporta ao divórcio cujos valores são menos expressivos, 1,8‰ na Madeira contra 2,1‰ nos Açores.

Figura 3.4

Taxas Brutas de nupcialidade e divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2001



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Se o número de casamentos celebrados diminui e se celebram cada vez mais tarde, também são menos estáveis.

O número de divórcios não cessa de aumentar desde 1987 (8 950 divórcios decretados) para se situar em 18 851 em 2001. As taxas de divórcio foram nos anos noventa sempre superiores a 1‰ e quase duplicaram em 2001, quando atingiram os 1,8‰. Desde 1998 que Portugal regista uma taxa idêntica à da média estimada para a União Europeia (1,9‰ em 2000). Itália e Irlanda (0,7‰), Grécia (0,9 ‰) e Espanha (1,0,9‰) registaram naquele ano as taxas mais baixas. À Dinamarca e Finlândia (2,7‰), Bélgica e Reino Unido (2,6‰), pertenceram as taxas de divórcio mais elevadas.

De ressaltar o comportamento do Alentejo com valores muito pouco significativos comparativamente à média do país. Esta situação parece estar interligada com outras formas de conjugalidade que não a legal, pois é nesta região que o casamento legal assume uma forma menos expressiva.

4. Mortalidade e longevidade

No que concerne à evolução da mortalidade ocorreram, em 2001, 105 092 óbitos de residentes em Portugal. Ou seja, um acréscimo de 17,8% comparativamente a 1981 e de menos 6,0 % em relação ao ano anterior. Esta evolução influencia o andamento da taxa bruta de mortalidade que passou de 9,7‰ em 1981 para 10,2‰ em 2001 (10,3‰ em 2000) e coloca o país acima da média estimada para o espaço comunitário⁶ (9,5‰ em 2001), logo a seguir à Dinamarca (11,9‰) e à Suécia (10,5‰). Os outros países da Europa do Sul apresentam em 2001 valores inferiores, Grécia (9,7‰), Itália (9,3‰) e Espanha (8,7‰). O nível de mortalidade mais baixo encontra-se para aquele ano na Irlanda (7,7‰).

Quadro 4.1

Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 1981-2001

Anos	1981	1985	1991	1995	2000	2001
Óbitos	95 728	97 085	103 882	103 475	105 364	105 092
Taxa de Mortalidade (‰)	9,7	9,7	10,4	10,3	10,3	10,2
Óbitos com menos de um ano	3 309	2 317	1 254	796	662	567
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	21,8	17,8	10,8	7,4	5,5	5,0
Esperança de vida à nascença						
Homens	68,21	69,38	70,58	71,66	73,02	73,47
Mulheres	75,24	76,41	77,60	78,76	79,92	80,30
Esperança de vida aos 65 anos						
Homens	13,30	13,48	14,12	14,53	15,37	15,67
Mulheres	16,24	16,72	17,23	17,91	18,67	18,93

Fonte: INE, DECP/SEP e Estatísticas Demográficas

A hierarquização dos países com recurso à taxa bruta de mortalidade não é a mais aconselhável na medida em que sendo uma taxa bruta é extremamente influenciável pela estrutura etária das populações em análise, não reflectindo o verdadeiro estado sanitário e o nível de desenvolvimento económico dos países.

De facto, e no caso concreto de populações fortemente envelhecidas, é natural que a referida taxa suba, como resultado da concentração dos óbitos nas idades mais elevadas, não significando tal situação um retrocesso no campo dos cuidados de saúde.

Com o objectivo de comparar os países quanto ao respectivo nível sanitário deve recorrer-se a outro indicador, a esperança de vida à nascença.

Em Portugal, e tendo como referência as taxas de mortalidade de 2000/2001, um homem pode, em média, esperar viver 73,5 anos e uma mulher 80,3 anos. Pela primeira vez a mulher ultrapassa os oitenta anos de esperança de vida.

Estes valores estão ainda muito afastados da duração média de vida na UE, estimada em 2001, em 75,3 anos para os homens e 81,4 anos para as mulheres, ou seja, os homens nos países comunitários vivem, em média, quase mais três anos e as mulheres mais quase dois anos do que em Portugal.

A sobremortalidade masculina, que custava aos homens em 1960 menos 5,5 anos de vida do que às mulheres, agravou-se e custa no presente 6,8 anos, embora com tendência para retroceder.

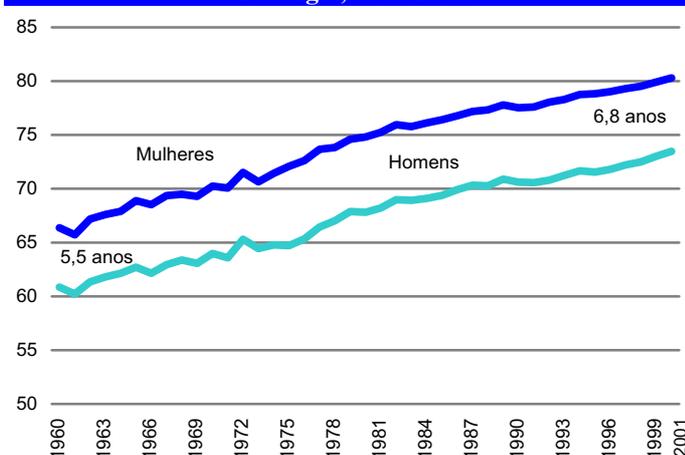
De 1981 a 2001 os homens ganharam mais de cinco anos de vida, e praticamente o mesmo número de anos das mulheres, mas continuam a ser, dentro da Europa comunitária, os que vivem em média menos anos. As mulheres passaram a viver quase mais quatro anos e ascenderam à penúltima posição no contexto da UE. A Dinamarca apresenta em 2001, a mais baixa esperança de vida feminina à nascença (79,0 anos).

Os maiores valores de esperança de vida observam-se, para os homens, nos Países Baixos (79,3 anos) e na Suécia (78,8 anos) e para as mulheres na França (83,0 anos) e na Espanha (82,9 anos). Na Europa do Sul, Espanha (75,6 e 82,9 para homens e mulheres respectivamente), Grécia (75,4 e 80,7 anos) e Itália (77,4 e 82,9 anos), valores que eram em 2001 muito mais elevados que Portugal.

As disparidades regionais em termos de esperança de vida são evidentes. O aumento da esperança de vida revelou-se mais acentuado nas regiões onde em média se vivia menos há vinte anos atrás.

Figura 4.1

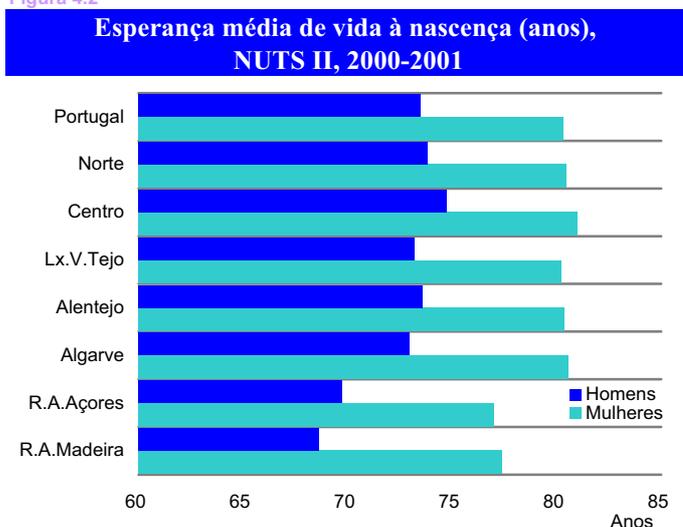
Esperança média de vida à nascença (anos), Portugal, 1960-2001



Fonte: INE, DECP/SEP

É no Centro que tanto homens (74,7 anos) como mulheres (81,0 anos) em 2001, vivem em média o maior número de anos. Ao contrário, é nas Regiões Autónomas que em média se vive menos, sendo os valores inferiores aos setenta anos para os homens, e cerca de 77 anos para as mulheres. O ritmo de acréscimo de longevidade no período de 1991-2001 foi mais significativo no Norte, aproximando-se a taxa de variação de 5% no caso dos homens e 4% no caso das mulheres. As menores variações, inferiores a 2%, encontram-se nos Açores e na Madeira.

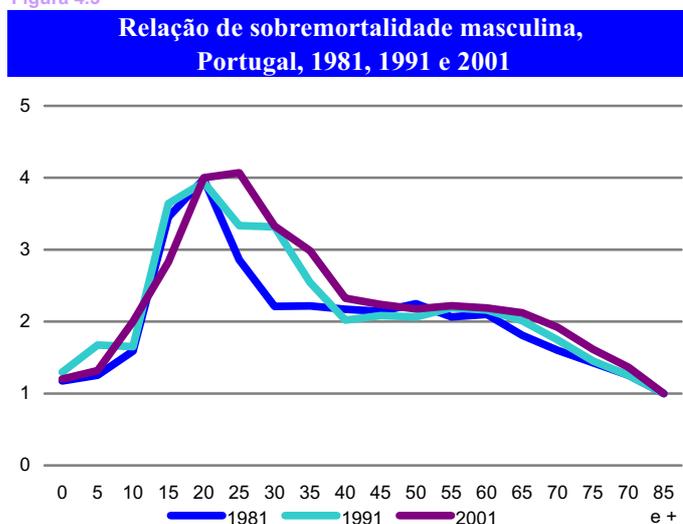
Figura 4.2



Fonte: INE, DECP/SEP

deslocando-se para a idade exacta dos 25 anos em 2001 (Figura 4.3), idades em que o risco de morte é quatro vezes mais elevado no homem do que na mulher. A relação de sobremortalidade começa a baixar mantendo-se tripla até à idade dos 35 anos; o risco de morte quando se alcançam os 65 anos é de dois homens para uma mulher. O andamento deste indicador atenua com o avanço das idades mais elevadas.

Figura 4.3



Fonte: INE, DECP/SEP

Importa referir que foi no Norte que se registaram quer em 1981-1991, quer em 1990-2001 os maiores ganhos esperados de vida média à nascença, para homens e mulheres, que se traduziram no último período em 3,5 anos para o sexo masculino e 3,3 anos para o feminino. Em contrapartida, os menores ganhos ligeiramente superiores a 2 anos observaram-se nos homens, e nas mulheres residentes em Lisboa e Vale do Tejo.

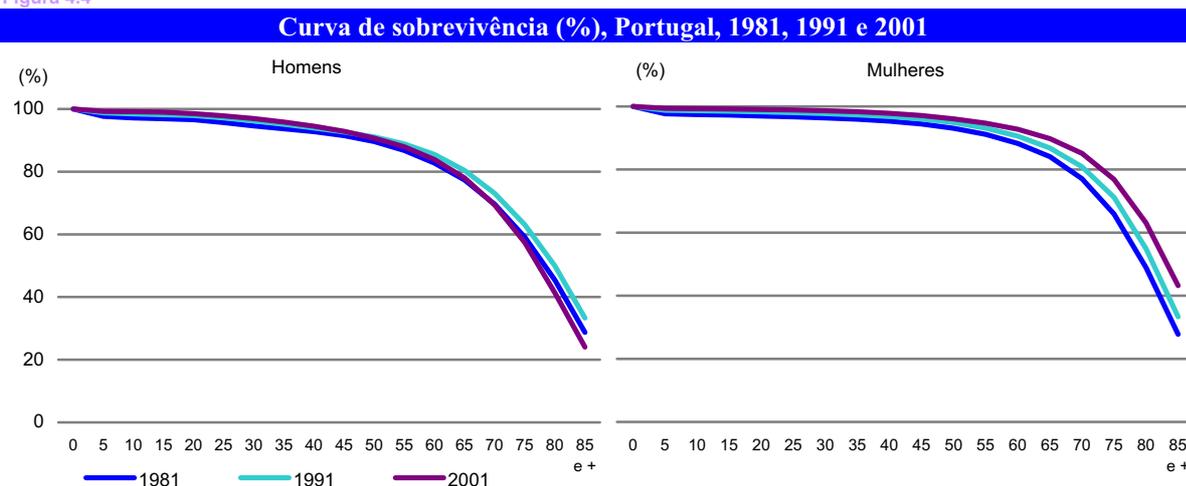
O fenómeno da sobremortalidade masculina que justifica a diferença da esperança de vida entre homens e mulheres, está bem evidenciado na análise da mortalidade para cada sexo e idades.

A relação de sobremortalidade, isto é, o excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, aumenta desde a nascença atingindo o seu valor máximo em 1981 e 1991, na idade exacta dos 20 anos

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o progresso no campo da mortalidade. A comparação entre as tábuas de 1981 e 2001 mostra que naquele período, a esperança de vida aumentou a ritmo anual de 3,2 meses para os homens, sendo os ganhos ligeiramente inferiores para as mulheres (3,1 meses). Na primeira década os ganhos foram idênticos para homens e mulheres.

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que se conseguem ganhos substanciais nas idades jovens e adultas. Os avanços no campo da mortalidade sentiram-se particularmente à idade exacta dos 65 anos que, no período em análise, recebeu quase metade dos ganhos de vida alcançados (5,2 anos). Este fenómeno conhecido por *rectangularização* da curva de sobrevivência está bem evidenciado no gráfico seguinte, tanto para homens como para mulheres.

Figura 4.4



A longevidade está bem expressa através do aumento da esperança de vida aos 65 anos que rapidamente passou de 1960 para 1970, de 13 para 14 anos entre os homens, e de 15 para 18 anos entre as mulheres.

Numa primeira fase são os ganhos nas idades jovens e adultas que influenciam o andamento da esperança de vida. Actualmente os ganhos de vida nas idades mais avançadas são o maior contributo para a esperança de vida. Analisando a evolução da curva de sobrevivência verifica-se que é precisamente na última fase da vida que ainda se podem alcançar alguns ganhos, em especial entre os homens, como consequência da sua sobremortalidade.

As principais causas de morte responsáveis pelos óbitos de 1981 e 2000 estão apresentadas no Quadro 4.2.

Quadro 4.2

Principais causas de morte (%), Portugal - 1981 e 2000							
Causas de Morte	CID - 9 Lista Básica	1981 (%)			2000 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	02, 077	0,59	0,88	0,26	0,32	0,46	0,17
Tumores Malignos	08 - 14	14,93	15,62	14,17	20,33	23,05	17,36
Tumor maligno do esófago	090	0,47	0,63	0,30	0,50	0,76	0,20
Tumor maligno do estômago	091	2,95	3,34	2,51	2,48	2,87	2,06
Tumor maligno do colon	093	0,98	0,90	1,06	1,93	2,03	1,83
Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmões	101	1,50	2,28	0,63	2,72	4,24	1,06
Tumor maligno da mama feminina	113	1,06	0,00	2,22	1,44	0,00	3,02
Tumor maligno da próstata	124	0,83	1,58	0,00	1,61	3,28	0,00
Tumor maligno do tecido linfático e dos órgãos hematopoéticos	14	0,94	1,00	0,88	1,54	1,57	1,51
Diabetes Mellitus	181	1,19	0,97	1,44	2,97	2,34	3,66
Doenças do Aparelho Circulatório	25-30	43,68	39,22	48,56	38,73	33,71	44,21
Doenças Isquémicas do Coração	27	8,34	9,09	7,51	8,47	8,81	8,10
Enfarte agudo do miocárdio	270	5,73	6,69	4,69	5,97	6,60	5,28
Doenças cerebro-vasculares	29	24,96	21,27	29,00	19,88	16,50	23,58
Pneumonia	321	2,83	2,80	2,86	4,40	4,32	4,48
Bronquite crónica, Enfisema e Asma	323	2,63	3,21	2,00	0,75	0,89	0,60
Doenças Crónicas do Fígado e Cirrose Hepática	347	3,33	4,44	2,11	1,73	2,44	0,94
Sintomas, Sinais e Afecções mal definidas	46	12,15	9,90	14,63	12,43	12,18	12,71
Infecção por vírus humano de imunodeficiência	57	-	-	-	0,90	1,40	0,34
Outras Causas de Morte		18,68	22,96	13,98	17,45	19,21	15,52
TOTAL DOS ÓBITOS		100	100	100	100	100	100
Acidentes de transporte	E 47	45,65	49,29	35,35	30,37	33,38	22,46
Suicídios e lesões auto-infligidas	E 54	10,13	9,52	11,87	11,10	12,19	8,24
Homicídios	E 55	1,52	1,56	1,39	31,38	31,17	31,93
Outras Causas de Morte E		42,70	39,63	51,39	27,14	23,26	37,37
TOTAL CAUSAS E		100	100	100	100	100	100

Fonte: INE - Estatísticas da Saúde

As *doenças do aparelho circulatório* continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal, embora estejam em regressão. Hábitos alimentares, problemas de hipertensão e estilos de vida associados ao sedentarismo explicam a importância que estas causas assumem quando comparadas com os países da UE, onde cederam posição às *doenças isquémicas do coração*.

Os tumores malignos da traqueia, brônquios e pulmões, as doenças isquémicas do coração, os acidentes de trânsito de veículos a motor são as principais causas que explicam a desigualdade dos sexos perante a morte em 2000 e que se traduz numa diferença do número de anos de vida esperados de 7 anos, a favor das mulheres.

De notar que cerca de 78% das mortes devidas a acidentes de trânsito com veículos a motor envolvem homens. As disparidades são mais fortes se se analisar a referida causa nas camadas mais jovens.

Quadro 4.3

Óbitos por acidentes de trânsito de veículos a motor, Portugal, 1981, 1995 e 2000

Idades	1981			1995			2000		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-19	389	352	37	256	205	51	132	102	30
20-24	428	393	35	349	295	54	208	186	22
25-29	276	237	39	217	185	32	133	117	16
30-34	181	150	31	160	140	20	101	88	13
35-39	161	136	25	143	119	24	71	62	9
15-39	1435	1268	167	1125	944	181	645	555	90
TOTAL	3340	2661	679	2466	1914	552	1350	1081	269
15-19	100	90,5	9,5	100	80,1	19,9	100	77,3	22,7
20-24	100	91,8	8,2	100	84,5	15,5	100	89,4	10,6
25-29	100	85,9	14,1	100	85,3	14,7	100	88,0	12,0
30-34	100	82,9	17,1	100	87,5	12,5	100	87,1	12,9
35-39	100	84,5	15,5	100	83,2	16,8	100	87,3	12,7
15-39	100	88,4	11,6	100	83,9	16,1	100	86,0	14,0
TOTAL	100	79,7	20,3	100	77,6	22,4	100	80,1	19,9

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

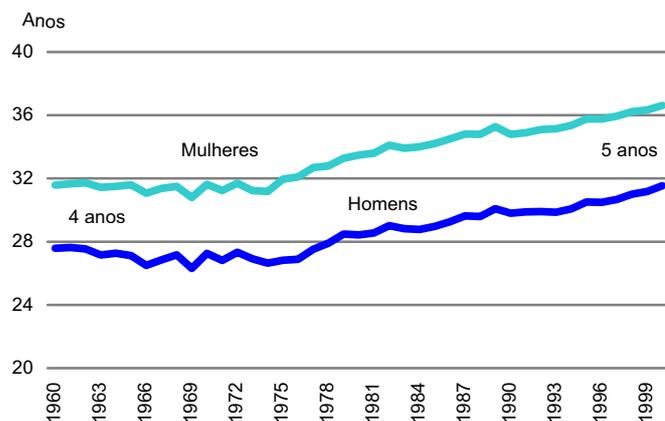
Em 1981, as mortes devidas àquela causa (externa) representaram cerca de 88% das mortes ocorridas por causa externa nos homens com idade compreendida entre os 15 e os 39 anos e 12 % das mulheres. A incidência mais elevada é entre os homens com menos de 25 anos enquanto nas mulheres se centra entre as idades dos 25 aos 34 anos. A evolução aponta para um aumento da proporção de mulheres que morrem por acidentes de trânsito de veículos a motor nas idades mais jovens. Não é possível com base nos registos das Estatísticas de Saúde, fonte de análise no presente estudo, distinguir os óbitos devidos a veículos de duas rodas e se os indivíduos morrem enquanto condutores ou como passageiros.

No que se reporta a causa de morte mais importante responsável pelo maior número de óbitos em Portugal, as doenças cérebro vasculares, são maioritariamente femininas e estão associadas à idade. Em 1981, 83 % dos homens que morreram devido a esta causa de morte tinham 65 ou mais anos de idade, proporção que se elevava a 91% no caso das mulheres no mesmo grupo etário. Em 1999, a importância relativa das mortes devidas à referida causa de morte continuou a progredir para se situar nos 89% e 95% respectivamente entre os idosos e idosas. As doenças cérebro vasculares assumem particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos, idade em que a mortalidade masculina causada por aquela causa de morte é praticamente dupla da da mulher.

A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode adiantar-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Figura 4.5

Esperança média de vida aos 45 anos, Portugal, 1960-2001



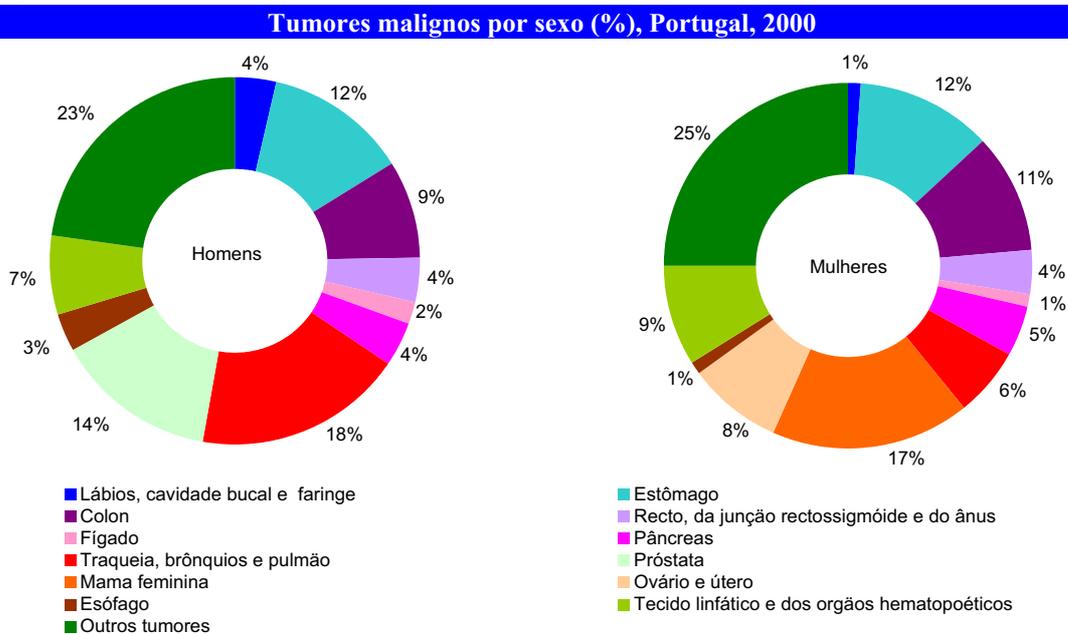
Fonte: INE, DECP/SEP

O enfarte agudo do miocárdio manifesta-se sobretudo entre os homens e está menos ligado à faixa etária dos 65 e mais anos. Entre os 30 e os 54 anos é largamente superior nos homens, tendo-se registado em 1998, ano em que naquela faixa etária por cada mulher morreram quatro homens e que se agravou no período de 1960 a 2001, durante o qual a diferença do número de anos entre homens e mulheres que atingiram a idade exacta dos 45 anos se agravou passando de 4 anos para 5,2 anos. Esta evolução traduz bem o custo do desenvolvimento e dos estilos de vida que lhe estão inerentes.

As razões são conhecidas e estão associadas à protecção hormonal que a mulher possui até atingir a fase da menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente poderão continuar a atribuir uma posição favorável à mulher que contrabalance todas as situações de stress provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho e a adopção de comportamentos idênticos aos dos homens, nomeadamente os ligados ao consumo de álcool e tabaco.

Ainda a nível geral, é de notar a importância relativa dos *Sintomas, Sinais e Afecção mal definidos*, que só no ano de 2000 representavam cerca de 12% do total de óbitos. Embora tenham mantido uma posição relativa estável nos anos noventa, os valores absolutos elevaram-se, situação que parece não ser coerente com o avanço no campo da medicina, com meios de diagnóstico cada vez mais precisos.

Figura 4.6



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

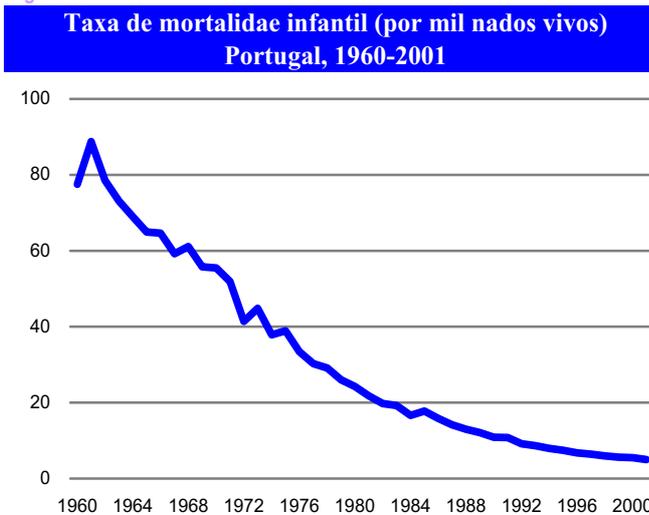
A taxa de mortalidade infantil, definida como o quociente entre o número de óbitos com menos de um ano e os nados vivos, é um indicador que reflecte bem as condições de vida de uma população. Este indicador recuou fortemente desde o início dos anos sessenta quando por cada 1000 nados vivos com vida morriam cerca de noventa antes de atingirem o primeiro aniversário. Só no início dos anos noventa a taxa de mortalidade infantil deixou de apresentar dois dígitos, para se situar em 5,0 por mil nados vivos em 2001.

Desde 1995 que deixou de pertencer a Portugal a taxa de mortalidade infantil mais elevada no seio dos países da UE, cuja média foi estimada para 2001 em 4,6 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos. A posição mais desvantajosa pertence desde então à Grécia (5,9 ‰ em 2001) a que se associou o Luxemburgo com idêntico nível enquanto a Suécia e a Finlândia detêm a taxas mais baixas com o valor de 3,2 por mil nados vivos, ligeiramente superior ao do ano precedente. Portugal aproximou-se assim no campo da mortalidade infantil dos padrões europeus.

À taxa de mortalidade infantil não é hoje atribuída a importância que teve no passado, como indicador de desenvolvimento económico e social do país, devido aos baixos níveis que alcançou, e que podem sofrer oscilações várias.

Algumas afecções causadas e originadas no período perinatal e as malformações congénitas, na qual se incluem o crescimento fetal lento, assumem-se como as causas de mortalidade infantil mais relevantes tanto para homens como para mulheres. As *malformações congénitas* diminuíram, ligeiramente de 25,7% em 1990 para 25,6% em 2000. Contrariamente, algumas afecções originadas no período perinatal, regrediram mas continuam a ser as mais importantes: 45,0% em 1990 e 38,1% em 2000.

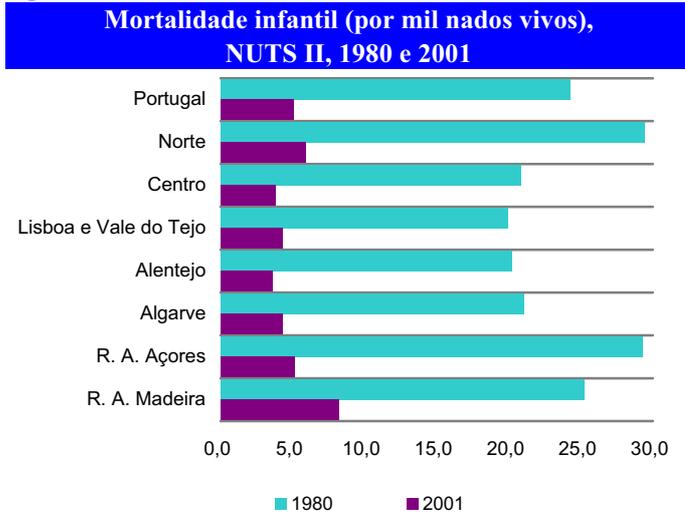
Figura 4.7



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

No presente, as causas de morte infantil estão predominantemente ligadas a causas endógenas. Os avanços na medicina, a assistência materno infantil, as vacinações fizeram recuar as causas externas, normalmente associadas a infecção. A mortalidade infantil baixou para níveis impensáveis no passado, quando se considerava

Figura 4.8



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

que a taxa nunca seria inferior a 5 por mil nados vivos, pois este seria o nível a atribuir à componente endógena da mortalidade, sobre a qual se considerava não poder actuar.

As disparidades regionais deste indicador têm que ser analisadas com extremo cuidado pois os diminutos valores assumidos pelas variáveis óbitos com menos de um ano e nados vivos, podem provocar oscilações na evolução da taxa. De qualquer modo, nos anos oitenta o Norte e a Região Autónoma dos Açores posicionavam-se no primeiro lugar, com as taxas mais elevadas, facto que induziu, provavelmente, um efeito de substituição que se reflectiu nos níveis de natalidade mais fortes que ainda revelam, face às outras regiões.

Centro (3,8‰) e Alentejo (3,6‰) eram em 2001 as NUTS com valores manifestamente inferiores à média nacional. A Madeira pertencia a taxa mais elevada (8,2‰).

5. MIGRAÇÕES E POPULAÇÃO RESIDENTE ESTRANGEIRA

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas.

Se numa primeira fase as migrações são maioritariamente masculinas pode seguir-se, em etapa posterior o reagrupamento familiar, situações que provocam oscilações na relação de masculinidade das populações, ou seja, no ratio entre os efectivos de homens e mulheres. Em Portugal, o nível mais baixo deste indicador encontra-se durante os anos de grandes surtos emigratórios, sobretudo irregulares, de um modo geral quase exclusivamente masculinos, ocorridos nos finais dos anos sessenta. Recentemente, o indicador regista ligeiros aumentos devido à imigração.

As migrações em idade activa, assumem maioritariamente um carácter económico. Dada a coincidência entre população em idade activa e população em idade de procriar assiste-se a uma transferência de nascimentos do país de origem para o de acolhimento. Os fluxos migratórios que se seguem a uma passagem a situação de reforma estão, de um modo geral, associados ao clima do país de origem e de acolhimento. Qualquer que seja o tipo da migração esta, se significativa, influencia a repartição por sexo e idades da população de partida e de chegada.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal, apresenta dificuldades particulares na medida em que não existe um registo directo dos respectivos acontecimentos.

Os Recenseamentos Gerais da População e o Inquérito ao Emprego (IE) no que se refere à entrada de nacionais e estrangeiros, provenientes do estrangeiro, e também aos movimentos migratórios internos; o Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS), posto em prática pelo INE em 1992; os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério da Administração Interna (MAI) no que se reporta ao stock e fluxos de estrangeiros que legalizaram a residência no país, bem como as Estatísticas dos principais países de destino da emigração portuguesa e de organismos internacionais, têm sido as fontes de informação utilizadas para analisar as tendências e estimar as entradas e saídas anuais em Portugal.

A não estratificação da amostra para a variável migratória dos IE e do IMMS, a sua não representatividade a nível geográfico mais fino do que NUTS II, e o elevado erro que as variáveis têm associado, são condicionantes relevantes que tornam os Recenseamentos Gerais da População, uma fonte privilegiada para o estudo do fenómeno migratório em Portugal.

Se o Recenseamento parece ser a fonte de informação mais completa, a sua periodicidade decenal, rapidamente torna a informação desactualizada. Assim sendo, novas fontes alternativas nomeadamente, as administrativas devem ser equacionadas, para melhor perceber o fenómeno.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. Daí que a quantificação do fenómeno se torne cada vez mais exigente.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*⁸ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras.

A fiabilidade dos dados emigratórios até então não era a melhor, e a subavaliação dos mesmos era reconhecida, devido ao número extremamente elevado dos fluxos emigratórios em situação irregular, sobretudo durante os anos da guerra colonial. De relembrar que em 1971 e 1972 a então designada *emigração clandestina com destino a França*, ultrapassou os fortíssimos fluxos legais registados através dos passaportes de emigrantes e divulgados nas estatísticas oficiais. Por outro lado, o confronto entre estatísticas de origem e destino aponta para valores divergentes.

A evolução do número de emigrantes legais no período 1886-1988 sofre fortes oscilações para, atingir o valor máximo durante a guerra colonial, em 1966 (120 239 emigrantes), e o valor mínimo, em vésperas da segunda guerra mundial, 1943 (893 emigrantes). De destacar ainda um segundo pico no ano de 1912 (88 929 emigrantes).

Na trajectória da emigração portuguesa identificam-se fases bem marcantes uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, entre 1962 a 1972, e origina a diminuição da população no período. Ambas as fases têm subjacente saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano.

Mais recentemente, em finais dos anos oitenta e início dos noventa, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, embora com níveis inferiores aos do passado, mas os fluxos têm um carácter temporário.

Com o objectivo de assegurar a continuidade da informação estatística sobre emigrantes legais obtida através do acto administrativo da obtenção do passaporte de emigrante, da responsabilidade do então Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, o INE lançou o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS), sendo os primeiros resultados, referentes a 1992, disponibilizados nas Estatísticas Demográficas de 1993.

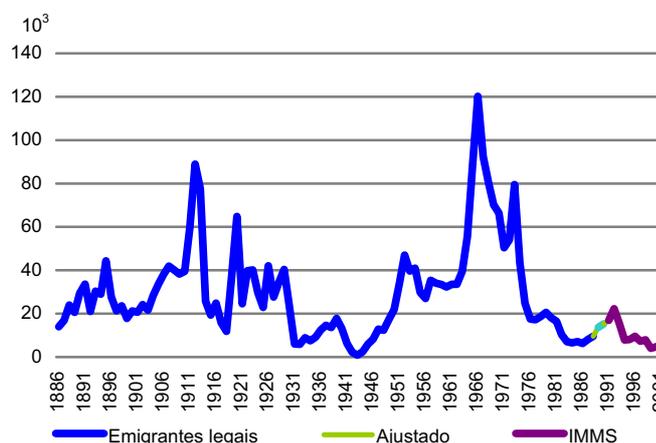
Para os anos de 1989 a 1991, e na ausência de qualquer informação para quantificar os fluxos emigratórios, e com objectivo de construir uma série estatística longa e consistente, procedeu-se a uma estimação dos correspondentes valores⁹. A série temporal da emigração portuguesa para o período 1886 a 2001 consta da Figura 5.1.

Com base nos elementos disponíveis, e reconhecidos os erros que tem associados, é possível apontar para uma estabilização recente da emigração permanente, a níveis baixos, que rondam os 6 000 indivíduos/ano, e para um aumento dos fluxos emigratórios de carácter temporário (indivíduos com intenção de residir no estrangeiro por período inferior a um ano). Os fluxos são predominantemente masculinos e têm como destino principal a Europa Comunitária.

Por outro lado, a existência de um fluxo importante de imigração de cidadãos de nacionalidade estrangeira, sobretudo em situação irregular, determinou já a realização de duas operações de legalização extraordinárias em 1992 e 1996, efectuadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Figura 5.1

Emigrantes legais e permanentes, 1886-2001



Fonte: INE, Anuários Demográficos, Estatísticas Demográficas

Quadro 5.1

Legalizações extraordinárias segundo a nacionalidade, 1992 e 1996				
Nacionalidades	1992		1996	
Total	39 166	(%)	35 082	(%)
Palps	28 345	72,37	23 403	66,71
Angola	12 525	44,19	9 258	39,56
Cabo Verde	6 778	23,91	6 872	29,36
Guiné Bissau	6 877	24,26	5 308	22,68
Moçambique	757	2,67	416	1,78
S.Tomé	1 408	4,97	1 549	6,62
Brasil	5 346	13,65	2 330	6,64
China	1 352	3,45	1 608	4,58
Paquistão			1 745	4,97
Senegal	1 397	3,57		0,00
Outros	2 726	6,96	5 996	17,09

Fonte: MAI/SEF

Tanto em 1992 como em 1996, os cidadãos com nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (PALP) representam a maioria dos pedidos de legalização.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2001 elevava-se segundo o SEF, a 223 602 indivíduos, números provisórios, o que representava 2,2% da população residente estimada, valor bem mais elevado do que os 31 983 indivíduos registados em 1975, ou seja, 0,3% da população residente estimada para o mesmo ano.

O ritmo de evolução da população estrangeira não foi uniforme ao longo do período de 1975–2001 (média anual de 7,8%) e assumiu-se particularmente forte entre 1999–2001, com um crescimento médio anual de 8,2% (contra 6,6% durante os anos noventa).

No que se refere às regiões de origem, pode verificar-se que, a grande maioria dos estrangeiros eram no período de 1975 a 2001, de origem africana, proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 47,8%, em 2001. A população cabo-verdiana constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, embora tenha perdido importância relativa, em detrimento de outros países também de língua portuguesa (PALP). A proporção de cabo-verdianos registados era de 41,4% em 1980, e representava praticamente metade da população africana, baixando para 22,3% em 2001. Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 2,9% para 10,1% e os guineenses de 1,3% para 7,9%, no mesmo período.

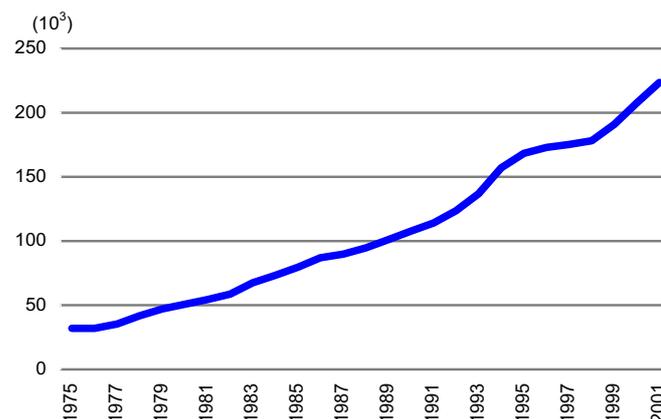
Da Europa tiveram origem 30,0% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2001, facto que traduz ligeiros acréscimos durante os anos noventa. Os países da UE viram a sua importância relativa no total dos europeus recuar, passando de 29,2% em 1980 para 27,5%. Esta evolução parece confirmar a existência de um acréscimo de população estrangeira com residência legalizada, proveniente dos países do leste europeu, expresso num valor residual "outros" que duplicou durante o período (1,1% em 1980 e 2,4% em 2001) e quantificado em 1,1% nas estatísticas oficiais de 2001.

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,7%), Espanha (6,1%) e Alemanha (5,0%) assumem as posições mais importantes.

Os nacionais do Brasil tiveram igualmente um

Figura 5.2

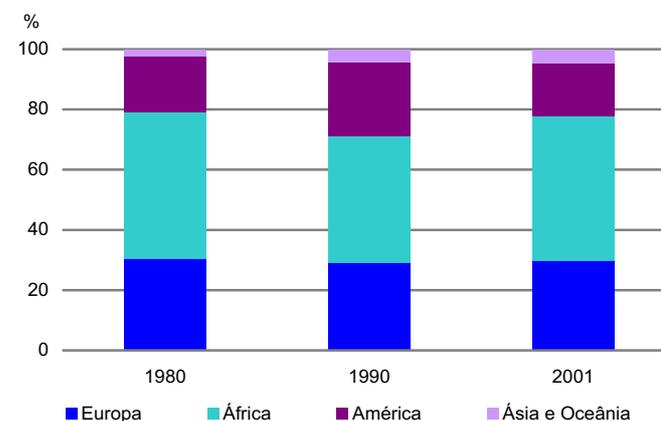
Evolução da população estrangeira com residência legalizada, 1975-2001



Fonte: MAI/SEF

Figura 5.3

População estrangeira com residência legalizada por continente de origem



Fonte: MAI/SEF

Quadro 5.2

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 1975-2001							
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001
Total	31 983	50 750	79 594	107 767	168 316	207 607	223 602
Europa	21 414	15 380	22 082	31 412	44 869	61 709	66 973
África	503	24 788	34 936	45 255	79 231	98 754	106 978
América Norte	4 809	3 826	7 871	8 993	10 853	10 201	10 229
América Sul	3 987	5 579	11 684	17 376	25 867	27 419	28 985
Ásia e Oceânia	1 225	1 053	2 855	4 509	7 218	9 247	10 160
DN/SN	45	124	166	222	278	277	277

Fonte:MAI/SEF

peso relevante crescente: 7,3% em 1980 e 10,5% em 2001 e foram responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul.

Como nota final é de referir que a Ásia e a Oceânia que durante os anos setenta perderam importância no conjunto da população estrangeira legalizada sofrem um incremento relativo desde 1980, passando de 2,1% para 4,5% em 2001. Para esta evolução contribui fortemente a imigração proveniente da China.

Dos doze países de origem mais importantes da população estrangeira legalizada em Portugal, em 2001, encontram-se países de África, América do Sul e Europa.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2001, 56,3% eram indivíduos do sexo masculino e 43,7% do sexo feminino contra 57,0% e 43,0% no ano anterior atenuando-se assim, a sobre representatividade masculina (57,6% e 42,4%, em 1999 e 58,1% e 41,9% em 1998),

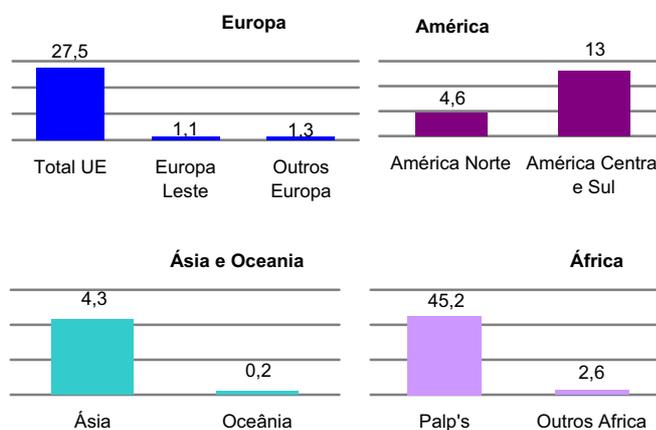
A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, em que por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 144 homens enquanto que a média de todas as nacionalidades se situa em 129 homens por cada 100 mulheres. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (114 homens por 100 mulheres). A diminuição da relação de masculinidade ao longo do tempo indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Em Janeiro de 2001 entrou em vigor um novo dispositivo legal (art. 55º do Decreto Lei nº 4/2001 de Janeiro) que concede a autorização de permanência por um ano, renovável por períodos iguais até ao limite máximo de cinco anos, a cidadãos estrangeiros, não portadores de visto adequado. Ao abrigo deste dispositivo legal foram emitidas 126 901 autorizações de permanência pelo SEF, durante o ano de 2001. Os principais beneficiários destas autorizações foram os emigrantes provenientes da Europa de Leste e em particular os Ucrânios com 45 233 autorizações, ou seja, 35,6% do total das autorizações de permanência concedidas. Seguiram-se os Moldavos (8 984) os Romanos (7 461), Cabo-verdianos (5 488) e os Russos (5 022). A maioria das autorizações de permanência (52%) foi emitida nos primeiros cinco meses do ano.

Importante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacto, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, num espaço de tempo curto, conhecer a estrutura etária da referida população.

Figura 5.4

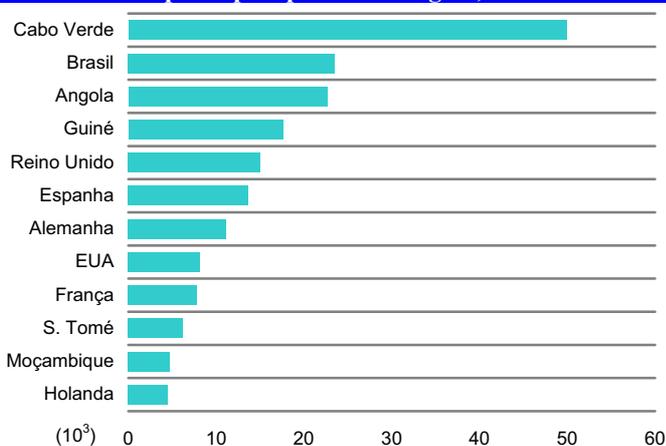
População estrangeira legalizada por região de origem (%)



Fonte: MAI/SEF

Figura 5.5

Estrangeiros com residência legalizada, 12 principais países de origem, 2001



Fonte: MAI/SEF

No que se reporta às migrações internas, componente que influencia o crescimento de cada região, os censos são igualmente a fonte de informação mais fiável. Não estando disponível esta variável com os resultados provisórios dos Censos 2001, optou-se por analisar a temática, em próximo da revista, tendo em conta os resultados definitivos dos Censos 2001. Procurar-se-á então, medir e o maior ou menor grau de atractividade de cada região e identificar possíveis alterações num quadro comparativo com os resultados encontrados nos Censos de 1991.

6. Estrutura etária da população: o envelhecimento demográfico

Com o objectivo de quantificar a juventude de uma população e estudar o respectivo processo de envelhecimento recorre-se, usualmente, a um conjunto de indicadores assentes na repartição da população por grandes grupos etários: jovens, adultos (ou em idade activa) e idosos.

Os limites de idade adoptados para definir os referidos grupos, nem sempre são uniformes e consensuais mesmo entre organismos internacionais. Na presente análise consideram-se os seguintes grupos etários: 0-14 anos, (população jovem), 15-64 anos (população em idade activa) e 65 e mais anos (população idosa). Os limites considerados, prendem-se com as idades obrigatórias ou mais habituais de entrada e saída na vida activa. Outras agregações podem ser encontradas, tais como: 0-19 anos (jovens), 20-59 anos (população em idade activa) e 60 e mais anos (idosos). Se o grupo dos jovens (0-19 anos) pode parecer mais consentâneo com a actualidade, dado o prolongamento da escolaridade obrigatória e entrada mais tardia no mercado, de trabalho dos idosos parece desfasado devido à maior longevidade das populações, embora o recurso às situações de reforma antecipada o possam justificar. A população em idade activa merece uma atenção especial com o objectivo de identificar o impacte da baixa de natalidade e dos movimentos migratórios. Considera-se, nesta faixa etária uma distribuição que procura avaliar o referido impacte: 15-24 anos, 25-44 e 45-64 anos.

Os sinais da baixa de fecundidade ocorrida em Portugal estão bem expressos na redução da população jovem em 36,3% no período de 1960 a 2001, facto que se traduziu na passagem de um peso relativo dos jovens na população total de 29,1% para 16,0% no espaço de praticamente quarenta anos.

Quadro 6.1

Estruturas etárias (%) e índices da população residente em Portugal, 1960-2001								
	1960	1960	1981	1991	1995	1999	2000	2001
0 - 14	29,1	28,5	25,5	20,0	17,5	16,1	16,0	16,0
15 - 64	62,9	61,8	63,1	66,4	67,6	67,8	67,6	67,5
65 e +	8,0	9,7	11,4	13,6	14,9	16,1	16,4	16,5
75 e +	2,7	3,2	3,9	5,4	5,8	6,6	6,7	6,9
Índice de envelhecimento	27,3	34,0	44,9	68,4	85,2	100,2	102,3	103,6
Índice de dependência total	59,1	61,7	58,6	50,6	47,9	47,6	47,9	48,1
Índice de dependência jovens	46,4	46,0	40,5	30,1	25,9	23,8	23,7	23,6
Índice de dependência idosos	12,7	15,6	18,2	20,5	22,0	23,8	24,2	24,5

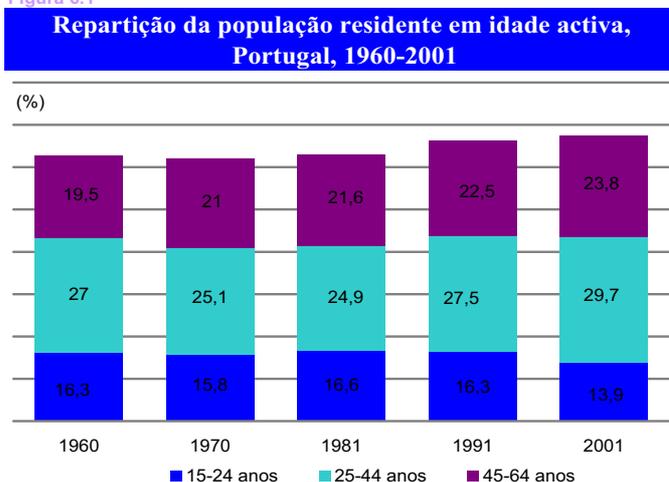
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Provisórias da População

Em contrapartida a população em idade activa registou uma variação positiva de 24,8%, aumentando a importância relativa na população total de 62,9% em 1960 para 67,5% em 2001.

A evolução dentro da população em idade activa não é uniforme.

Enquanto a população dos 15-24 anos sofre os efeitos da baixa da fecundidade e perde importância relativa (16,3% em 1960, e em 1991 e 13,9% em 2001), a população dos 25 aos 44 anos, que inclui os efectivos das gerações de fecundidade elevada aumenta a sua posição de 27% em 1960 para 29,7% em 2001. O reforço da posição relativa da faixa etária dos 45-64 anos de 19,5% para 23,8% no mesmo período, confirma o envelhecimento da população idosa em idade activa.

Figura 6.1



Fonte: DECP/SEP

A perda de posição da faixa etária dos 25-44 anos entre 1960 e 1981 evidencia os efeitos da emigração portuguesa no período.

Constata-se que o grupo dos idosos, definido como a população com idade igual ou superior a 65 anos, que em 1960 representava só 8% do total da população, reforçou essa posição continuamente para atingir os 16,5%¹⁰ em 2001. Estima-se que, em meados de 1994, o efectivo de idosos tenha duplicado comparativamente a 1960, traduzido num crescimento médio anual superior a 2%.

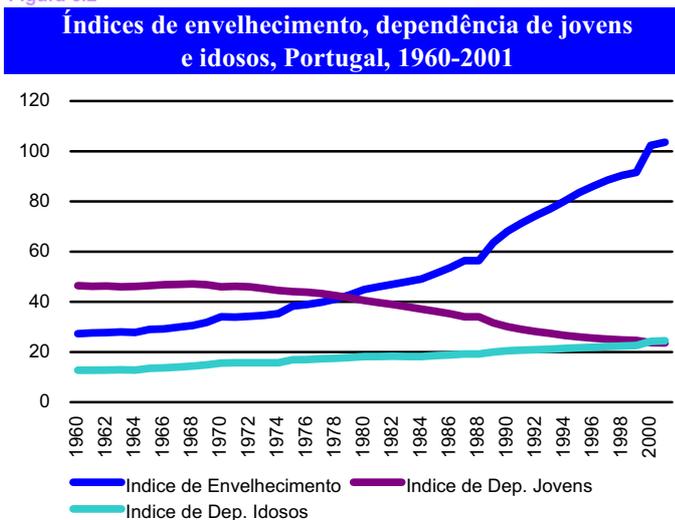
Assiste-se, pois, ao fenómeno do envelhecimento demográfico, isto é, ao aumento da proporção da população idosa no total da população. O envelhecimento está igualmente bem ilustrado na evolução do peso relativo da população mais idosa (com 75 e mais anos) que mais do que duplicou entre 1960 e 2001. A evolução foi bem mais acentuada entre as mulheres, que passaram de 3,3% em 1960 para 8,2% em 2001.

A proporção dos mais idosos (80 e mais anos) na população idosa eleva-se a 18,3% nos homens (17,9% em 2000) e a 23,2% nas mulheres (22,9% em 2000) retractando a sobremortalidade masculina.

As diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório determinaram alterações na estrutura etária da população portuguesa entre 1960 e 2001, traduzidas em uma nova distribuição dos grupos etários, e reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento ou a juventude da população. Em 1960 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 27 idosos, em 1981 o rácio elevava-se a 45 e estima-se, com base nos resultados provisórios dos Censos 2001, que em finais de 2001 o índice de envelhecimento se tenha aproximado dos 104 idosos. A proporção é mais elevada no caso das mulheres dada a maior longevidade que usufruem. O indicador passou de 34 idosas por cada 100 jovens em 1960, para 54 em 1981 e atingiu as 123 em 2001. Estima-se que, desde 1995, as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens, situação que, para o conjunto da população só deve ter ocorrido em finais dos anos noventa.

A nova proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 e mais anos) está evidenciada no índice de dependência total que desceu de 59 em 1960 para 48 dependentes em 2001, isto é, a população em idade activa tem menos 11 indivíduos a cargo. Este índice engloba duas evoluções opostas. Uma descendente, a do índice de dependência dos jovens que passou de 46 jovens a cargo para 24 reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de 13 para 25, resultante do alongamento da esperança de vida, em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar. Esta tendência resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade têm-se observado em todas as idades, e sobretudo em termos de mortalidade infantil, com se referiu anteriormente.

Figura 6.2



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas de População Residente

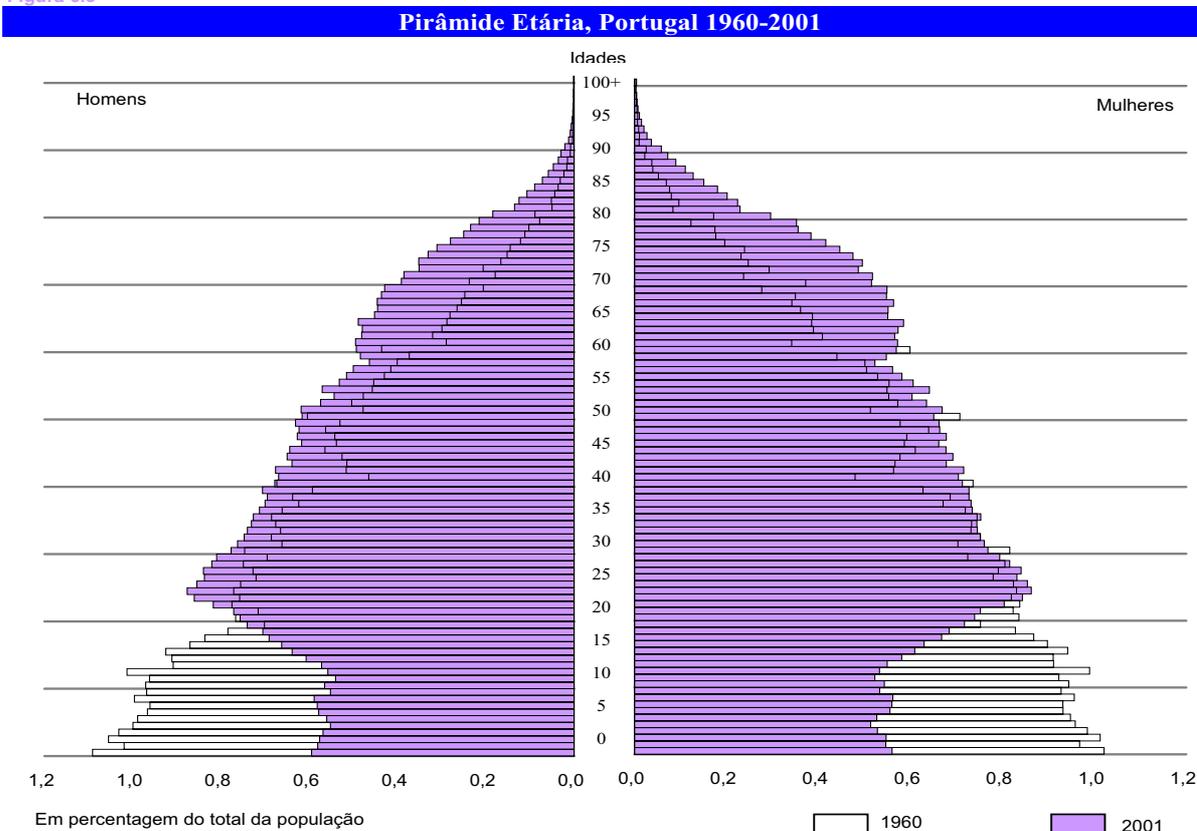
Tanto a população em idade activa como a própria população idosa estão a envelhecer, sendo a natalidade e a mortalidade, bem como as características que assumiram no passado, factores essenciais, sobretudo o primeiro, no processo de envelhecimento demográfico. A emigração, e Portugal é, por tradição, um país de emigração, não pode deixar de ser relevante no fixar dos efectivos adultos mais jovens, em particular na faixa etária dos 25 aos 44 anos. Nestas idades, o impacte pode ser no presente, contrabalançado, senão mesmo atenuado, com os fortes fluxos imigratórios que procuram o país.

Os índices de dependência de jovens e o de envelhecimento, com evoluções inversas, convergem nos finais dos anos setenta para, durante os anos oitenta e sobretudo nos anos noventa se afastarem, e trocaram as posições que ocupavam no início do período em análise.

A relação de masculinidade diminui com a idade e foi estimada à idade 65 anos em 72 homens por 100 mulheres; à idade 80 anos era de 57 enquanto que na idade dos 85 anos rondava os 41 homens por 100 mulheres.

Ao aumento, através do tempo, da proporção da população idosa na população total corresponde o fenómeno do envelhecimento demográfico bem evidenciado no pirâmides etárias para 1960 e 2001. O fenómeno é bem visível quer na pirâmide realçado pelo seu estreitamento, traduzindo a redução de efectivos populacionais jovens, em consequência dos baixos níveis de natalidade, quer no topo de pirâmide de idades, pelo alargamento que corresponde ao engrossar de efectivos populacionais idosos, resultante do aumento da esperança de vida.

Figura 6.3



Fonte: INE, DECP/SEP

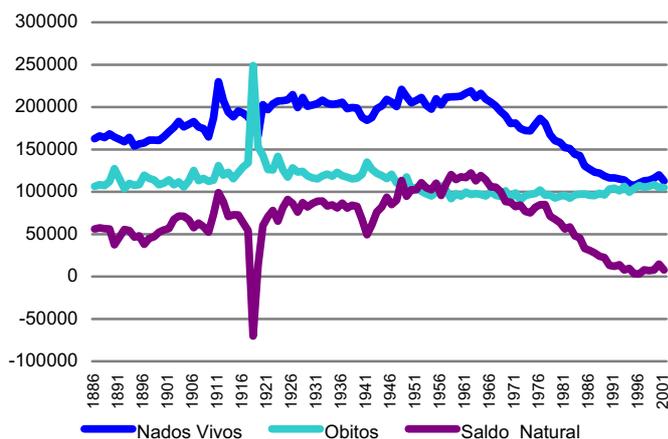
Pode haver envelhecimento demográfico sem que se registre o aumento, em termos absolutos da população idosa, podendo mesmo observar-se uma diminuição destes efectivos. Contudo, desde que os outros grupos etários passem a ter menos peso relativo no total da população assiste-se ao fenómeno do envelhecimento demográfico. A baixa da natalidade ao provocar uma redução forte na população jovem implica um aumento da importância relativa das pessoas idosas, facto que corresponde à verdadeira definição de envelhecimento demográfico, neste caso designado *envelhecimento pela base da pirâmide de idades*.

O aumento sustentado dos nascimentos, ao reflectir-se no acréscimo dos efectivos jovens pode retardar o envelhecimento e mesmo conduzir ao *rejuvenescimento de uma população pela base da pirâmide e pelo topo*. No entanto, se o acréscimo das gerações jovens for insuficiente para travar o envelhecimento assiste-se simultaneamente ao rejuvenescimento demográfico da população e ao envelhecimento demográfico pelo topo. Esta situação foi vivida por alguns países, por exemplo a França, no seguimento do *baby boom*, mas não em Portugal.

Enquanto o envelhecimento pelo topo se repercute no curto prazo, dependendo o seu grau da maior ou menor longevidade da população, as consequências do envelhecimento demográfico pela base da pirâmide etária são mais gravosas, dadas as implicações nas gerações activas futuras e no dinamismo do mercado de trabalho. Assim, o efeito da recente imigratória em Portugal só poderá ser suficientemente avaliado quando conhecida e analisada, com rigor a respectiva estrutura etária. Os resultados censitários disponíveis indicam que a população estrangeira residente em Portugal se concentra na faixa em idade activa (15-64 anos): 81,2% contra 67,3% na população com nacionalidade portuguesa. De facto, uma população jovem em idade activa e consequentemente em idade de procriar pode ser um factor que trave o forte envelhecimento da população portuguesa. De qualquer forma, é bom ter presente, e as experiências de outros países demonstram-no, que as populações imigrantes ao integrarem-se na sociedade adoptam o comportamento perante a fecundidade da população de acolhimento. Por outro lado, os próprios imigrantes também envelhecem.

O envelhecimento e o rejuvenescimento de uma população são consequência dos efeitos conjugados da fecundidade, mortalidade e das migrações líquidas ou seja da diferença entre imigração e emigração e das suas características no passado e no futuro.

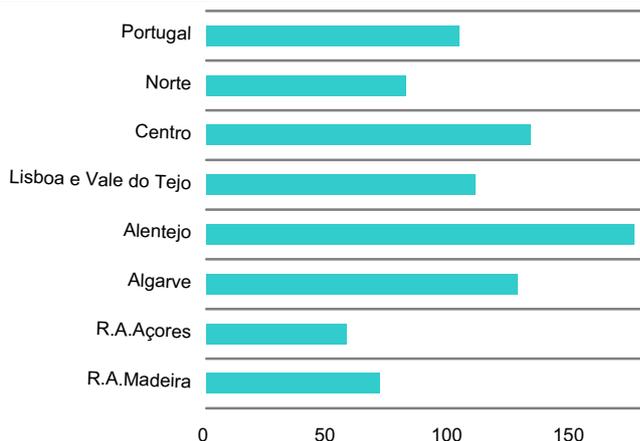
Figura 6.4

Natalidade e mortalidade, Portugal, 1884-2001

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

facto de esta zona geográfica do País só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2001 de 58 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 176 idosos por cada 100 jovens no Alentejo.

Figura 6.5

Índice de envelhecimento, NUTS II, 2001

Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População

O fenómeno do envelhecimento demográfico é assim consequência da transição demográfica isto é, da passagem de um modelo demográfico de natalidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenómenos assumem níveis fracos, situação que provoca o estreitamento da base da pirâmide etária, com diminuição dos efectivos jovens, acompanhado pelo alargamento do topo da pirâmide, com o acréscimo dos efectivos populacionais mais idosos, e é um processo que se desenvolve ao longo do tempo.

A heterogeneidade regional resultante das diferentes evoluções demográficas, é bem ilustrada pela variação que o índice de envelhecimento assume.

É na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do

Como seria de esperar são as zonas com natalidade mais elevada que têm os menores ratios.

É igualmente nos Açores que se encontra a menor proporção de idosos com setenta e cinco ou mais anos, 4,9%, valor que se eleva a 6,1%, no caso das mulheres. Ao Alentejo pertence a maior proporção de indivíduos com idade igual ou superior a 75 anos (10,6%), valor que se aproxima dos 12%, no caso das mulheres.

Os valores apresentados podem ser alterados depois de conhecidos os resultados definitivos dos Censos de 2001.

De referir que as características do envelhecimento em Portugal encontram-se desenvolvidos no estudo "Situação demográfica socio-económica recente das pessoas idosas" que integra o presente número da revista.

- Portugal é um país de baixa fecundidade com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. Este desenvolvimento resulta em profundas implicações económicas e sociais, dado que os efeitos da fecundidade, ao contrário da longevidade, se fazem sentir no longo prazo.
- A fecundidade, depois de registar um movimento de baixa que se começou a desenhar no início dos anos sessenta, acelerou a queda segundo um ritmo sem precedentes no início da década de oitenta e reduziu-se até 1,4 crianças por mulher em 1994. Posteriormente observou-se um crescimento embora ligeiro, elevando-se o nível para 1,5 crianças por mulher, que se mantém, bastante inferior ao que permite assegurar as gerações. Entre 1960 e 2001 as mulheres em Portugal passaram a ter, em média, menos cerca de duas crianças.
- A queda da fecundidade insere-se num processo vasto em que o recuo da mortalidade infantil e adulta, a independência da mulher, expressa no crescente e contínuo acesso à educação e ao mercado de trabalho e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, têm um papel determinante sobre o número de filhos a ter. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e consequente dependência das gerações mais novas às mais idosas. A afirmação profissional e dificuldade em conciliar vida familiar e profissional são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. Investir numa carreira escolar e qualificada dos filhos tornou-se uma dimensão prioritária das estratégias familiares modernas.
- A existência dos sistemas de segurança social deu uma independência económica aos idosos. Os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice. Ter um filho tornou-se assim e cada vez mais uma escolha afectiva, a que se atribui um custo económico.
- Em Portugal nascem actualmente quase menos duas crianças do que há quarenta anos, o filho único é a opção maioritária, os pais são mais velhos e recorrem mais à união de facto como forma de conjugalidade. No que se refere ao padrão da fecundidade os níveis mais elevados deslocaram-se para o grupo etário dos 25-29 anos e a maternidade depois dos trinta é cada vez mais frequente. Paralelamente a fecundidade das adolescentes baixou significativamente, mas continua a ser a segunda mais importante no espaço comunitário.
- Apesar de Portugal não ter registado um *baby boom* após a Segunda Guerra Mundial a chegada à idade da reforma das gerações numerosas que são substituídas no mercado de trabalho por gerações menos numerosas resultantes da intensidade do fenómeno da baixa da natalidade, coloca problemas aos sistemas de segurança social que urge prevenir. A população reforma-se mais cedo, vive muitos mais anos fora do mercado de trabalho.
- As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e de acolhimento, e Portugal, país tradicionalmente de emigração tornou-se recentemente um país de imigração. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro, certamente ligados ao quadro económico existente, determinam o maior ou menor grau de envelhecimento da população portuguesa, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível.
- O fenómeno do envelhecimento demográfico é consequência da transição demográfica isto é, da passagem de um modelo demográfico de natalidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenómenos assumem níveis fracos, situação que provoca o estreitamento da base da pirâmide etária, acompanhado pelo alargamento do topo da pirâmide.
- O forte *declínio da fecundidade* tem sido o factor mais importante do envelhecimento demográfico a que se associou a *diminuição da mortalidade* e consequente aumento da longevidade, expresso no acréscimo da esperança média de vida. Estas transformações profundas implicaram a redução dos efectivos populacionais jovens, e o aumento da população em idade de pré reforma e dos efectivos populacionais idosos. Tanto a população em idade activa como a própria população idosa estão a envelhecer.
- As migrações internacionais representam igualmente um papel relevante no desenho da pirâmide de idades da população portuguesa. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, a entrada de imigrantes pode rejuvenescer a população, surgindo como um factor dinamizador da mesma.
- Os fortes fluxos migratórios registados nos últimos anos permitiram à população portuguesa ultrapassar os 10 milhões de habitantes. A evolução positiva da população portuguesa depende do sentido dos fluxos migratórios devido ao diminuto saldo natural que regista. Contudo, estudos sobre os fluxos migratórios nas décadas recentes em alguns países desenvolvidos evidenciam que o efeito sobre a composição de idades da população tem sido mais modesto do que a diminuição da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem.

- CARRILHO, Maria José (1993) "O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?", *Revista Estudos Demográficos* nº 31, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PEIXOTO, João (1993) "A evolução demográfica em Portugal entre 1981 e 1992", *Revista Estudos Demográficos* nº 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie, Que sais-je?*, Presses Universitaires de France, Paris.
- CONSEIL DE L'EUROPE (2001), *Évolution Démographique Récente en Europe 2000*, Éditions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.
- EUROSTAT, (2001), *Statistiques sociales européennes Démographie, Population et Conditions Sociales*, thème'3, Luxemburgo.
- EUROSTAT, *Statistiques en Bref – Population et Conditions Sociales*, thème'3, 15/2001, Luxembourg.
- INE (1999), "As Gerações Mais Idosas", Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.
- INE (2001), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE/DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) "O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (URL: <http://www.ine.pt/prodserv/estudos>)
- INE, *Estatísticas da Saúde*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa.
- INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.
- PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.
- RALLU, Jean-Louis, MUNOZ-PEREZ, Francisco, CARRILHO, Maria José. (2000), "Return migration from Europe to Spain and Portugal," in *Studi Emigrazione*, nº 139, Centro Studi Emigrazione, Roma.
- SAUVY, Alfred (1984), *La Population, Que sais-je?*, 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.
- Tribalat, Michèle (1996) in *Chronique de l'Immigration, Population*, nº1, 1996, INED, Paris.
- Conseil de l'Europe (1992), *De l'Oural vers l'Atlantique la nouvelle donne migratoire*, Documents européens, 1992, Strasbourg.
- Garcia, José Luís e al. (1998), *A Emigração Portuguesa, Uma Breve Introdução*, Comunidades Portuguesas, 1998, Lisboa.

- ¹ Sobre esta temática ver "População presente e população residente segundo o sexo e idades através dos Censos", nesta Revista.
- ² Decreto lei nº 244/98 de 8 de Agosto com as alterações introduzidas pela Lei nº 97/99 de 26 de Julho, e pelo Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro – art.55.
- ³ Eurostat, *Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales*, theme 3 – 17/2002
- ⁴ Tema em estudo no DECP/SEP
- ⁵ Eurostat, *Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales*, theme 3 – 17/2002
- ⁶ Eurostat, *Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales*, theme 3 – 17/2002
- ⁷ Eurostat, *Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales*, theme 3, 15/2001
- ⁸ Decreto-lei 438/88
- ⁹ Estimção feita no DECP/SEP, com recurso a uma curva de 1970 a 2000, que aplica a tendência temporal com expoente 6.
- ¹⁰ Valor muito próximo do deduzido dos resultados dos Censos 2001.

